



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
TURISMO**

ESTEFANNI PATRICIA SANTOS SILVA

**UM MUSEU COMUNITÁRIO: PLANO MUSEOLÓGICO NO TURISMO DE
BASE COMUNITÁRIA DA ILHA MEM DE SÁ**

ARACAJU/SE

2019

ESTEFANNI PATRICIA SANTOS SILVA

**UM MUSEU COMUNITÁRIO: PLANO MUSEOLÓGICO NO TURISMO DE
BASE COMUNITÁRIA DA ILHA MEM DE SÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado
Profissional em Turismo do Instituto Federal
de Sergipe, como requisito para obtenção do
título de Mestre em Turismo.

Linha de Pesquisa: Gestão de Turismo de Base
Comunitária (GTBC)

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Fabiana Faxina

ARACAJU/SE

2019

Silva, Estefanni Patricia Santos.
S586m Um museu comunitário: plano museológico no turismo de base comunitária da
Ilha Mem de Sá / Estefanni Patricia Santos Silva. – Aracaju, 2019.
99 f.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia de Sergipe - IFS. Mestrado Profissional em Turismo.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fabiana Faxina.

1. Turismo de base comunitária 2. Museu 3. Planejamento I. Instituto
Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS II. Faxina,
Fabiana III. Título.

CDU 338.48

ESTEFANNI PATRICIA SANTOS SILVA

**UM MUSEU COMUNITÁRIO: PLANO MUSEOLÓGICO NO TURISMO DE
BASE COMUNITÁRIA DA ILHA MEM DE SÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado
Profissional em Turismo do Instituto Federal
de Sergipe, como requisito para obtenção do
título de Mestre em Turismo.

Aprovado em: 29/04/2019

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fabiana Faxina (Presidente)
Instituto Federal de Sergipe-IFS

1º Examinador: Prof^a. Dr^a. Irinéia Rosa Nascimento (Membro Interno)
Instituto Federal de Sergipe-IFS

2º Examinador: Prof^a. Dr^a. Janaina Cardoso de Mello (Membro Externo)
Universidade Federal de Sergipe-UFS

CESSÃO DE DIREITOS

É concedido ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo (PPMTUR) do Instituto Federal de Sergipe (IFS) responsável pelo Curso de Mestrado Profissional em Turismo a permissão para disponibilizar, reproduzir, emprestar ou vender cópias desse trabalho. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte dessa dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem autorização por escrito do autor.

Estefanni Patricia Santos Silva
Instituto Federal de Sergipe-IFS

Dr^a. Fabiana Faxina (Presidente)
Instituto Federal de Sergipe-IFS

Aos familiares e moradores da Ilha Mem de Sá,

AGRADECIMENTOS

Para a Trindade Santa, a quem creio e sigo. Santa Luzia (padroeira da Ilha Mem de Sá e da Barra dos Coqueiros), minha gratidão eterna. Santiago de Compostela, a quem roguei intercessão enquanto estive em seu santuário.

Para a fantástica mãe que a vida carinhosamente me entregou, Dona Carmen Rocha Santos Silva, por sempre me acompanhar, orientar, comemorar todas as vitórias junto comigo e por sua incansável dedicação aos familiares.

Ao meu pai, em memória, Sr. Nivaldo Aloísio de Almeida Silva, pelo seu amor sem limites e por ter sido um pai tão presente, carinhoso e amável para mim e minha irmã.

A minha irmã Niedja, meu cunhado Flávio e aos meus preciosos sobrinhos Gabriel e Mariana, por sempre estarem presentes em minha vida esbanjando muito afeto e amor. Ao João, pelo seu companheirismo e carinho. Aos meus avós paternos e maternos (em memória), sempre me envolvendo com seus sentimentos mais fortes. Aos meus 15 tios e 29 primos maternos e paternos pelos momentos de ternura. Amo muito todos vocês, minha família!

Para a minha querida orientadora Prof^ª. Dr^ª. Fabiana Faxina, sempre me ajudando com muita maestria no que eu precisasse! Pelo seu afeto, habilidade e competência. Receba toda a minha gratidão!

Para a turma das 11 meninas mestrandas, minhas colegas! À coordenação na figura do Prof. Dr. Lício Valério, secretária Eunice, aos professores que lecionaram para a minha turma e a toda equipe do IFS que nos auxiliou nessa jornada de dois anos.

Aos componentes da banca, Prof^ª. Dr^ª. Irinéia Rosa Nascimento, Prof^ª. Dr^ª. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini e Prof^ª. Dr^ª. Janaina Cardoso de Mello pelas contribuições na qualificação e agora na defesa, me orientando a ser uma pesquisadora mais atenta e qualificada. Muito obrigada!

Ao engenheiro Wenderson Fontes pela cuidadosa planta baixa do museu, engenheiro Rodrigo Miranda pelo auxílio no layout, e aos colegas do meu trabalho, representados por minha coordenadora Juliana Rocha, a quem nunca me desanimou na caminhada rumo ao título de Mestra.

A todos os moradores da Ilha Mem de Sá que não desistiram de sonhar junto o Plano Museológico, por serem presentes, atuantes e otimistas com a trajetória da preservação de sua identidade cultural no atrativo turístico museu. Recebam meu

carinho, exponho meu respeito e agradeço imensamente cada momento que passamos juntos.

Enfim, para todos que de maneira direta ou indireta contribuíram para a finalização do mestrado meu muito obrigada!

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: “Não há mais o que ver”, saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se viu no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre.

(José Saramago, 1981)

RESUMO

A comunidade Ilha Mem de Sá está situada no Polo turístico Costa dos Coqueirais, numa ilha fluvial no estuário do rio Vaza Barris, localizada 23 km da sede do município de Itaporanga D' Ajuda e a 53 km de Aracaju, capital do estado de Sergipe, Brasil. A pesquisa analisa o atrativo museu enquanto uma potencialidade turística para a comunidade, tendo em vista a importância do desenvolvimento de um plano museológico para a gestão do turismo de base comunitária ao local. Leva-se em consideração que os museus possuem um papel decisivo na reafirmação das narrativas e significados históricos bem como os culturais no processo de apropriação pelos visitantes, pelos turistas, pela comunidade local. A pesquisa constitui-se de coleta de dados com levantamento bibliográfico, documental, entrevistas e observação sistemática. Os resultados mostram o interesse da população na elaboração do Plano Museológico do Museu Comunitário da Ilha Mem de Sá. As opiniões dos próprios moradores, que constroem a comunidade cotidianamente, auxiliaram efetivamente na elaboração desse novo atrativo turístico local. Verifica-se, então, a importância da pesquisa dissertativa em efetivar a elaboração de tal plano em conjunto com a comunidade, visando a construção de um museu sob os princípios da museologia e do turismo de base comunitária.

Palavras chave: Turismo de base comunitária; Museu; Planejamento.

ABSTRACT

The Mem de Sá Island community is located at the Costa de Coqueirais, on a fluvial island in the estuary of the river Vaza Brarris, located 23 km from the municipality's Itaporanga D 'Ajudam where it is located, and 53 km from Aracaju, capital of the state of Sergipe, Brazil. The research analyzes the attractive museum as a tourist potential for the community, considering the importance of developing a museological plan for the management of community-based tourism. It is considered that museums play a decisive role in reaffirming historical and cultural narratives and meanings in the process of appropriation by visitors, tourists and the local community. The research consisted of data collection with a bibliographical survey, documents, interviews and systematic observation. The results show the interest of the population in the elaboration of the Museological Plan of the Mem de Sá Island Community Museum. The opinions of the residents, who build the community daily, will help effectively in the elaboration of this new local tourist attraction. It is verified the importance of the dissertation research to carry out the elaboration of such a plan together with the community, aiming the construction of a museum under the principles of community-based museology and tourism.

Key words: Community-based tourism; Museum; Planning

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

CAAE: Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CEP: Comitê de Ética em Pesquisa

COFEM: Conselho Federal de Museologia

CONEP: Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

COREMs: Conselhos Regionais de Museologia

GIGEC: Gerência de Informações Geográficas e Cartográficas

Ibram: Instituto Brasileiro de Museus

ICOM: International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus)

MINOM: Movimento Internacional para uma Nova Museologia

MTur: Ministério do Turismo

PM: Plano Museológico

PDITS: Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PRODETUR: Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo

SEPLAN: Secretaria de Estado do Planejamento

SUPES: Superintendência do Ibama em Sergipe

TBC: Turismo de Base Comunitária

TCLE: Termo de consentimento livre e esclarecido

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização da Ilha Mem de Sá (Circundada por linha em vermelho).....	31
Figura 2 : A casa onde a comunidade pretende montar o futuro Museu.....	33
Figura 3: Chegando na Ilha Mem de Sá, por meio do barco da associação de moradores.....	33
Figura 4: Chegando ao atracadouro de acesso à Ilha Mem de Sá.....	34
Figura 5: Voltando ao atracadouro de acesso à Ilha Mem de Sá.....	35
Figura 6: Placa colocada pelos moradores na entrada da Ilha Mem de Sá.....	35
Figura 7: Faixa Etária dos entrevistados na Ilha Mem de Sá em 2018.....	41
Figura 8: Frequência das ocupações dos entrevistados.....	42
Figura 9: Frequência relativa da escolaridade dos entrevistados.....	42
Figura 10: Porcentagem dos acervos selecionados pelos entrevistados.....	43
Figura 11: Engenho colégio. De onde saíram os prováveis primeiros moradores da Ilha Mem de Sá.....	49
Figura 12: Marca do futuro Museu Comunitário.....	56
Figura 13: Planta baixa da casa de seu Salvador dos Santos. Futuro Museu.....	65
Figura 14: Primeira sala expositiva.....	67
Figura 15: Segunda sala expositiva.....	68
Figura 16: Terceira sala expositiva.....	69
Figura 17: Sala da direção.....	70
Figura 18: Planta baixa do museu montado.....	70
Figura 19: Integrantes do samba de coco da Ilha Mem de Sá.....	91
Figuras 20 e 21: Vestido do samba de coco e boneco de barro para compor o acervo..	91
Figuras 22 e 23: Tarafa e pilão para compor o acervo.....	92
Figuras 24 e 25: copo de coco e jarro para compor o acervo.....	92

LISTA DE QUADROS

1. Quadros

Quadro 1 Resultados das oficinas.....	38
Quadro 2: Quantificação de entrevistas por temáticas.....	48
Quadro 3: Sugestão de profissionais ao quadro.....	73
Quadro 4: Planilha Orçamentária.....	73
Quadro 5: Projeção do custo mensal do museu em média, sem profissionais.....	74

SUMÁRIO

1.Introdução.....	15
2. Referencial Teórico.....	21
2.1. A relação entre museu e turismo.....	21
2.2. Entre desafios e realidades: análises do Turismo de Base Comunitária (TBC) no espaço rural.....	22
2.3. As estratégias de um Plano Museológico no espaço turístico.....	26
2.3.1. Apontamentos sobre planejamento no espaço turístico.....	29
3. Metodologia.....	31
3.1. Caracterização da área de estudo.....	31
3.2. Procedimentos metodológicos.....	37
4. Análise dos resultados.....	41
4.1 Aplicações dos questionários.....	41
4.2. Questões abertas.....	43
4.3. Estrutura do Plano Museológico. Programa Institucional.....	54
4.3.1. Missão.....	54
4.3.2. Valores da instituição museológica.....	54
4.3.3. Objetivos.....	55
4.3.4. Comunicação Institucional.....	55
4.4. Programa de Gestão.....	56
4.4.1. Planejamento e programação.....	56
4.4.2. Controle e Acompanhamento da Execução.....	56
4.4.3. Avaliação.....	57
4.4.4. Governança.....	57
4.4.5. Organização da Equipe.....	58
4.5. Programa de Financiamento e Fomento.....	58
4.5.1. Fontes de recursos.....	58
4.5.2. Perspectivas de parcerias.....	59
4.5.3. Vínculos com Centros Universitários.....	59
4.6. Programa de Exposições.....	59
4.6.1. Exposição de longa duração.....	59
4.6.2. Exposições de curta duração.....	60
4.6.3. Exposições Itinerantes.....	61

4.7. Programa de acervo.....	61
4.7.1. Material didático.....	61
4.7.2. Material expográfico.....	62
4.7.3. Acervo de dados.....	62
4.7.4. Material de acessibilidade.....	62
4.7.5. Acervo por termo de empréstimo.....	62
4.7.6. Gestão do Acervo do Museu.....	63
4.8. Programa Educativo.....	63
4.8.1. Ações educativas em questões.....	63
4.8.2. Visitas Educativas.....	63
4.8.3. Oficinas educativas.....	64
4.9. Programa de Conteúdo.....	64
4.9.1. Preservação das marcas históricas.....	65
4.9.2. Fomento a permanência das manifestações folclóricas.....	65
4.9.3. Responsabilidades com a biodiversidade.....	65
4.10. Programa de Arquitetura.....	66
4.10.1. Expografia.....	66
4.10.2. Iluminação.....	71
4.11. Programa de Acessibilidade.....	71
4.11.1. Maquetes e relevos táteis.....	71
4.11.2. Expologia.....	71
4.11.3. Rampas.....	72
4.12. Programa de Segurança.....	72
4.12.1. Contra incêndios.....	72
4.12.2. Segurança do acesso ao prédio.....	72
4.12.3. Ambientação climática.....	72
5. Considerações Finais.....	75
6. Referências.....	77
7. Apêndices.....	82
7.1. Apêndice A: Roteiro de entrevistas com os moradores.....	83
7.2. Apêndice B: Oficina de sensibilização sobre o espaço museológico.....	85
7.3. Apêndice C: Oficina de produção do mapa cultural.....	86
7.4. Apêndice D: Oficina sobre o registro de um museu por meio do plano museológico.....	87

7.5. Apêndice E- Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).....	88
7.6. Apêndice F- Carta de anuência.....	90
7.7. Apêndice G – Fotografias de algumas áreas da Ilha Mem de Sá.....	91
7.8. Apêndice H – Ficha catalográfica (inventário) do acervo.....	93
7.9. Apêndice I – Modelo de etiqueta das peças.....	94
7.10. Apêndice J - Termo de empréstimo.....	95
7.11. Apêndice K – Estatuto.....	96

1. INTRODUÇÃO

O espaço museológico se caracteriza por ter um papel decisivo na reafirmação dos discursos e significados históricos e culturais de um grupo. Museus existem para as pessoas e a elas se dirigem; mas precisam de turistas para visitá-los, não apenas por razões econômicas, mas também para transmitir-lhes conhecimentos sobre as sociedades e a história (BRINKMAN, 2000, p. 85).

Há que se identificar as tônicas e abordagens dadas ao processo de ampliação do turismo nos diferentes lugares, afinal, o museu é um atrativo que tem potencial para aumentar de fluxo de pessoas numa dada localidade e pensar na criação de um espaço desse gera consequências em escalas que podem ultrapassar a perspectiva da comunidade. O lazer e o turismo também são agentes das mudanças que observamos no mundo, permitindo trocas de elementos expressivos da cultura (CHICK, 2006, p. 175).

A relação entre turismo e museu dialoga sobre a importância da busca pelo deleite, educação, cidadania, respeito às diferenças, ao meio ambiente, ou seja, proporciona aos visitantes uma vasta experiência que depende do sucesso de um bom planejamento para a efetivação do prazer. Quem viaja torna-se mais crítico. As viagens possuem a característica de modificar o imaginário por meio das experiências.

Na relação entre turismo e museu, conforme os autores Chagas e Nascimento Júnior (2009, p.25), se por um lado, o turismo contribui para o desenvolvimento, o estímulo e a melhor qualificação dos museus, por outro, os museus contribuem para o estímulo e o desenvolvimento de práticas turísticas culturalmente qualificadas. Assim, nota-se que ambas as áreas se entrelaçam.

Conforme o Ibram, “os museus brasileiros fazem parte desse universo de atrativos turísticos e são potenciais indutores de visitas” (2014, p.45) tendo a capacidade de promover atividades de criação ao artesanato, artes plásticas, como exemplo, no ambiente museológico.

Os autores Chagas e Nascimento Júnior (2009) afirmam que o museu promove a inclusão social, valoriza a identidade local, proporciona a busca pela viabilidade econômica e a preservação ambiental. Para tanto, é necessário estar em conjunto com a comunidade, uma vez que expõe o seu patrimônio cultural.

Por meio de documentações que fomentam a criação de museus e os diálogos sobre a temática e o seu público, como a exemplo as Declarações de Santiago, no Chile, em 1972 e a de Caracas, em 1992, assim como do Movimento Internacional para uma

Nova Museologia (MINOM), são reconhecidos os museus comunitários, os ecomuseus e outras alternativas de discussões museológicas que surgiram em diferentes contextos, para propor novos métodos de musealização (CAFÉ, 2007, p. 56) e dessa forma, apresenta a perspectiva do diálogo entre o público que reside no local onde o museu será implantado para a construção do seu próprio museu.

Pensando no contexto de TBC, cujo objetivo desdobra-se na promoção da valorização do protagonismo presente no local onde ocorre o desenvolvimento da atividade turística em questão, Faxina, Gonçalves, Santos (2016, p.1744) ressaltam que o turismo de base comunitária não visa atender a grandes demandas de visitantes, atributo típico do turismo de massa. Neste sentido, é provável minimizar os impactos socioambientais negativos, oriundos da atividade e promover o desenvolvimento local.

Entende-se o turismo de base comunitária enquanto uma atividade que necessita, por parte das comunidades, de alguns fatores precedentes para que sejam fortalecidos, ou seja, ações que giram em torno da existência de coesão social, elementos e objetivos comuns, [...] coletividade, reconhecimento da necessidade de ter planejamento, monitoramento de ações constantes e percepção dos potenciais impactos que o turismo provoca (FERREIRA, 2015, p. 86).

Diante disso, será abordada a importância do modelo de gestão do turismo de base comunitária (TBC), cuja proposta valoriza as iniciativas dos moradores de uma determinada comunidade onde a gestão ocorre, bem como, o quanto um espaço museológico agrega visitas e valorização do patrimônio cultural ¹ dos moradores.

Conforme Burgos e Mertens (2015, p.58), o discurso oficial sobre o TBC enfatiza a organização e participação dos atores locais assumindo um papel ativo no planejamento e gestão da atividade turística, buscando o bem-estar e a geração de benefícios para seus membros. Sob esse aspecto, a gestão participativa é entendida aqui como processo e instrumento dinamizador resultante do engajamento de indivíduos em ações coletivas, onde diferentes atores sociais viabilizam um projeto, procurando um objetivo comum, mas mantendo as particularidades de seus lineamentos de ação e interesses pessoais (Idem, ibidem).

¹ Para Pelegrini e Funari (2009), o patrimônio nos remete a duas ideias sendo-as: individual, que passa de geração em geração, como imóveis e móveis e também de forma espiritual através de crenças, receitas de alimentos e jeito de dançar. Bem como ao coletivo que dialoga com o grupo, sobre a própria vida coletiva, sendo que a coletividade não é a soma das partes, e por isso os autores analisam a trajetória do patrimônio no contexto mundial.

O TBC revela-se como uma alternativa ao turismo massificado, valorizando a vinculação aos ambientes naturais e à cultura de cada lugar. Não se trata, apenas, de percorrer rotas exóticas, distintas do turismo de massa. Personifica outro modo de visita e hospitalidade, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que coincida com um mesmo destino (BARTHOLO et al, 2009).

Trata-se de modelo de planejamento e gestão que pode ocasionar benefícios para as comunidades receptoras, uma vez que reduz os impactos socioambientais negativos e se configura como uma alternativa de renda que pode originar a melhoria das condições de vida locais (FAXINA, GONÇALVES, SANTOS, 2016, p. 1745).

A museologia comunitária é uma proposta de musealização que conta com a participação popular na valorização e na conservação do seu patrimônio cultural, cujos processos de tomada de decisões são realizados a partir de uma instância criada e gerida pela própria comunidade (OLIVEIRA, 2015, p. 14). Verifica-se que tem relação direta com o turismo de base comunitária, modelo vigente de gestão do turismo na Ilha Mem de Sá, objeto deste estudo.

Leva-se em consideração que o museu comunitário é uma ferramenta para que a comunidade construa um auto-conhecimento coletivo. Cada pessoa que participa selecionando os temas a estudar, capacitando-se, realizando uma entrevista ou sendo entrevistado, reunindo objetos, tomando fotografias, fazendo desenhos, está conhecendo mais a si mesmo e ao mesmo tempo está conhecendo a comunidade à qual pertence. Está elaborando uma interpretação coletiva de sua realidade e de sua história (LERSCH; OCAMPO, 2008, p.2).

Os autores Lersch e Ocampo (2008, p.3) mencionam que o papel de um museu comunitário é o de essencialmente se converter em uma ferramenta para manejar o patrimônio sob as formas do poder comum. Por um lado, serve para manter ou recuperar a posse de seu patrimônio cultural material e por outro, permite uma apropriação simbólica do que é seu, ao elaborar o que significa em sua própria linguagem. Essa luta se desenvolve por meio de suas próprias formas de organização, a assembleia geral ou outras, onde as pessoas da comunidade tomam decisões sobre o que mostrar no museu, como dirigi-lo e quais prioridades possui.

O museu é um espaço voltado, em sua gênese, á comunidade, pois é sobre a trajetória do lugar que o espaço comunica por meio do seu acervo. Nesse caso, esse museu vai compor a oferta turística, sendo mais um atrativo turístico à ilha, cuja

atividade de TBC ocorre, e, portanto, será mais um ponto de visitação ao turismo no lugar.

Sobre experiências de Museus Comunitários e as metodologias adotadas, existe o caso do Museu Comunitário da vila Embratel, no Maranhão, onde os autores identificaram a existência de laços afetivos e simbólicos em relação ao bairro da Vila Embratel, sendo assim identificados os lugares de memórias², a dinâmica das relações – os usos sociais, as formas de apropriação do espaço pelos moradores, contando a sua história destacando possíveis artefatos de posse dos entrevistados, para assim, musealizar. Além da narrativa dos entrevistados, foram consideradas algumas fotos, valiosos portadores da memória e que não podem faltar no acervo (CUTRIM, CARVALHO, 2015, p. 502).

Oliveira (2015, p. 97), cita o caso do México, onde houve um esforço na rede de Museus Comunitários em pesquisarem temas relacionados com o fazer cotidiano das comunidades, vinculando o museu ao grupo que ele representa, e colocando o patrimônio local como elemento de integração cultural, de modo a fazer com que o museu e a instauração de seus programas estejam de acordo com os próprios desejos e necessidades sociais.

Há também o caso de Toronto, no Canadá, cujo projeto de museu procurou buscar a opinião da população para efetivar um projeto que atendesse, principalmente, a própria comunidade. Sobre o fato: “Pedían que fuera un lugar vivo. Demandaban la participación de la gente de Toronto como elemento clave del Museo una vez inaugurado, donde las asociaciones fueran esenciales y donde se utilizase el talento de la ciudad[...]”³ (RODRÍGUEZ, 2008, p. 192-193).

Tendo em vista que há o desenvolvimento do TBC, alguns moradores despertaram o desejo em obter um espaço museológico no ambiente. Sobre a perspectiva de um museu em uma determinada localidade Barbuy (1989) menciona que o espaço é capaz “de aumentar a capacidade de uma coletividade de projetar seu próprio futuro e de ser sujeito ativo – e não passivo – de sua própria história, a partir da consciência que passa a ter de si mesma” (1989, p. 36).

² Para Maurice Halbwachs (2013) leva-se em consideração a recordação e a localização das lembranças percebidas e analisadas nos contextos sociais, servindo assim de base para a reconstrução da memória.

³ Tradução: Pediam que fosse um lugar vivo. Demandava a participação das pessoas de Toronto como elemento chave do museu uma vez inaugurado, onde as associações fossem essenciais e onde se utilizasse o talento da cidade.

A pesquisa parte da busca sobre informações a respeito das memórias dos moradores da Ilha Mem de Sá para a composição de um futuro museu comunitário. Por meio de análises sobre qual acervo os residentes pretendem expor no museu, como deve ser musealizado e qual formatação eles querem dar ao espaço, as informações colhidas irão compor o documento Plano Museológico (PM).

A obra “Subsídios para a elaboração de planos museológicos”, publicado pelo Ibram em 2016, é outro documento que se apresenta enquanto um suporte para a construção de um museu dentro das diretrizes regulamentadoras indicadas pela área científica da museologia e sobretudo pelo Governo Federal brasileiro. Ao organizar um museu na República Brasileira é adequado que seja embasado nessa documentação e que, posteriormente, seja cadastrado no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram, 2016).

Um Museu Comunitário no TBC estabelece relação com arranjos socioprodutivos, visando ao desenvolvimento endógeno, uma vez que, conforme citam, o grupo que dirige o museu é uma instância organizada da comunidade, seja vinculada ao governo local, seja constituído como organização não governamental. Por meio do tempo, permite gerar habilidades, experiência e recursos sociais que fortalecem a aptidão para a autonomia. A forma como constrói forças está em relações horizontais, no interior da comunidade e também fora dela (LERSCH; OCAMPO 2008, p.4).

A pluralidade de olhares, ou seja, a diversidade de profissionais que poderão integrar junto aos membros da comunidade, gestão pública, empresa privada, quando suas ideias são bem gerenciadas, despertam para a criatividade em descobrir junto novas formas de promover os atrativos que os interessam. Conforme ressalta Molina (2005, p. 43), os planejadores não somente se relacionam com os receptores e os turistas, mas também agem juntamente com eles, se aprofundam em suas realidades típicas e tomam decisões conjuntamente.

A pesquisa parte da pretensão dos moradores da Ilha Mem de Sá, Itaporanga D’Ajuda-SE em criarem um museu comunitário que registre sua trajetória e seja mais um atrativo turístico para a localidade.

A pesquisa tem como objetivo principal a elaboração do Plano Museológico do Museu Comunitário da Ilha Mem de Sá, Itaporanga D’Ajuda-Sergipe-Brasil. Como específicos: caracterizar a identidade cultural⁴ dos residentes na Ilha Mem de Sá,

⁴ Ao conceito de identidade cultural, cujo sentimento de pertencimento se agrupa, segundo Manuel Castells entende-se como a fonte de significados e experiências de um povo (2001, p.22).

enquanto referência do museu comunitário; analisar as potencialidades museológicas da comunidade Ilha Mem de Sá, tendo como foco a criação e manutenção do museu comunitário; expor como ocorreu a integração da população da Ilha Mem de Sá no processo de elaboração do Plano Museológico do museu comunitário.

Vale ressaltar que a chegada de um museu na comunidade tende a potencializar ainda mais o espaço e torná-lo mais competitivo. Além do mais, um espaço museológico proporciona um encontro da comunidade com a sua identidade cultural. E nesse caso, que o processo será construído junto com eles sobre eles mesmos, isso ocasionará um encontro entre as memórias e a forma como querem ser lembrados pelos visitantes do futuro museu. Boullón diz que os organismos especializados, tanto públicos como da iniciativa privada, encarregados de otimizar e modificar, quando necessário, o funcionamento de cada uma das partes que integram o sistema, harmonizam suas relações para facilitar a produção e disparem serviços que compõem o produto turístico (2002, p.61).

2. Referencial Teórico

2.1. A relação entre Museu e Turismo

Desde os primórdios tempos, a visitação sempre foi um dos focos dos museus. No entanto, em sua gênese, o espaço tinha uma conotação de relicário, de lugar que servia para proteger riquezas tendo uma pessoa ou um grupo com posse desse acervo. Segundo Suano (1986, p.10), a palavra museu teve seu nascimento na Grécia antiga.

Mouseion, ou casa das musas, era uma mistura de templo e instituição de pesquisa, voltado sobretudo para o saber filosófico, onde de acordo com a mitologia grega, as musas eram filhas de Zeus com a divindade da memória a Mnemosine⁵. O espaço do *mouseion* tinha como utilidade descansar para que o homem pudesse dedicar a exaltar as artes e ciências (SUANO, 1986, p. 10). Dessa forma, nota-se que desde a origem a ideia de museu sempre foi remetida ao saber, ao crítico, cujo espaço foi criado para a contemplação das inovações, das memórias e da geração de perspectivas.

O museu comunitário, modelo que será seguido pela Ilha Mem de Sá, propõe a construção do discurso museológico em conjunto com os próprios moradores locais. Sobre o fato, os autores citam:

[...] o Museu Comunitário propicia a criação coletiva toda vez que oferece uma oportunidade às pessoas que participem dos processos coletivos para expressar suas histórias de sua própria maneira. A pessoa criativa não aceita soluções dadas, busca inventar novas formas de abordar sua realidade e o museu comunitário é um espaço de organização para impulsionar novas propostas e projetos comunitários (LERSCH; OCAMPO, 2008, p.3).

A respeito da historicidade que permeia a ideia do turismo, os autores Goeldner & Ritchie (2003, p. 45) citam que a viagem entendida como um sedimento do nomadismo arcaico é uma prática documentada ao longo de toda a história ocidental, com registros que remontam às civilizações pré-clássicas do Médio Oriente. Tudo indica que os monumentos como as pirâmides, esfinges do Império Antigo egípcio teriam atraído viajantes. No entanto, o mais antigo testemunho explícito parece ser o relevo do templo Deir el-Bahri, em Luxor, com a representação da viagem da rainha Hatshepsut à terra de Punt, em 1480 a.C. A epopeia de Gilgamesh, poema acádio cuja

⁵ O *mouseion* de Alexandria possuía, além das estátuas e obras de arte, instrumentos cirúrgicos e astronômicos, peles de animais raros, presas de elefante, pedras e minérios trazidos de terras distantes, etc. E dispunha de bibliotecas, anfiteatro, observatório, salas de trabalho, refeitórios, jardim botânico e zoológicos. (SUANO, 1986, p 11). A autora cita a ideia de gabinete de curiosidade no qual os primeiros museus obtinham.

primeira versão data da época paleobabilônica, no primeiro terço do II milénio a.C., além de ser considerada a mais antiga narrativa conhecida, é também referida como o primeiro guia de viagens. Notório é observar que as relações entre patrimônios históricos e turismo ocorrem em períodos similares e com objetivos afins.

Segundo Goeldner & Ritchie (2003, p. 52) o termo turismo deriva da designação *Grand Tour*, para referir o circuito dos aristocratas, intelectuais, artistas e estudantes, ao longo do continente europeu, em particular, por França e Itália, as visitas museológicas, a partir do século XVII, com o objetivo de conhecer as culturas do passado através dos seus testemunhos patrimoniais, e em que os motivos educativos rapidamente se diluem no conceito de viagem de lazer. Analisar que ambos países sempre buscaram em seus circuitos turísticos o fomento a visita museológica, faz entender a relação estabelecida entre os museus e o turismo na Europa do período do iluminismo.

Com isso verifica-se a relação estreita que desde os tempos remotos já foi estabelecida entre os espaços museus e o turismo, uma vez em que o museu era um atrativo para visitantes que buscavam visitar uma determinada cidade, por exemplo.

Segundo Oriá (2004, p. 128), neste fim de século e milénio um fenómeno que vem tomado conta é a preocupação com a preservação da memória histórica, ou seja, o património cultural. Nota-se que a cada dia são divulgados dados de iniciativas destinadas à criação de centros de memória. E com esse pensamento, ressalta-se a ideia da população da Ilha Mem de Sá que por verificar a importância de um espaço de memória, pretende ter um museu na comunidade.

Conforme citam Cutrim e Carvalho (2015, p. 501), por meio do resgate das memórias, da identificação junto à comunidade de objetos que tenham significado, ampliando as informações acerca das manifestações culturais existentes, desse modo se constitui um museu comunitário.

2.2. Entre desafios e realidades: análises do Turismo de Base Comunitária (TBC) no espaço rural

O TBC trata-se de um segmento desenvolvido pelos moradores de uma localidade, em que aperfeiçoam suas atividades para atender visitantes, favorecendo àqueles com novas experiências sem descaracterizar o modo de vida e cultura local. Também chamado de turismo comunitário, consiste em um modelo de desenvolvimento turístico centrado nos recursos (humanos, naturais e de infraestrutura) endógenos de

determinada localidade. Assim, carrega em sua essência o protagonismo das comunidades receptoras na gestão e oferta de bens e serviços turísticos (COSTA, 2013).

O autor Weissbach (2011, p. 49) ressalta que o turismo é uma atividade em que os resultados não se apresentam imediatamente. Assim, se faz necessários alguns anos para que o investimento geral em estabelecimentos, infraestrutura, atrativos, entre outros, venha proporcionar os ganhos financeiros resultantes deste investimento inicial, além do que, a atividade é suscetível a insucessos quando não planejada ou delineada de modo não condizente.

Assim, faz-se necessário que um planejamento intensifique os impactos positivos e diminua os negativos englobando a cadeia produtiva, onde toda a renda angariada pela atividade turística permaneça na comunidade como forma de parceria e cooperação. Essa visão traz consigo a valorização das práticas exercidas, tornando-os capazes de projetar o próprio futuro e uma maior inclusão da sociedade, respeitando o ambiente em que vivem. De acordo com o MTUR:

Turismo comunitário é a atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e na destinação dos recursos, e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza (2010, p.16).

Diante do exposto, nota-se a importância do investimento no espaço turístico, o quanto é necessário efetivar uma organização no processo de planejamento, coordenação e envolvimento com o público que no local reside.

Vale ressaltar que o turismo passou a ser interpretado no país como alternativa possível para inclusão social, e a discussão sobre participação social e governança democrática se tornou prioritária no âmbito internacional (IRVING, 2009, p.114).

Desse modo, reflete-se que a característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, p. 25).

Fabrino (2013, p. 24) defende que deve-se partir da premissa que os atores sociais participam de todas as etapas de planejamento e implementação dos projetos. Os atores externos funcionam como indutores do processo, atuando a partir de motivações endógenas. O apoio externo tem se mostrado fundamental no desenvolvimento do TBC,

que depende da orientação efetiva de entidades especializadas, como universidades e ONGs.

Será discutindo a partir de então, o turismo rural. Sendo assim, os autores Almeida e Riedl (2000, p. 10) abordam que a clientela do turismo rural, em sua maioria, provém dos grandes centros urbanos e procuram no campo uma interação mais intensa e direta com a natureza, a qual precisa ser preservada; constituem uma marca que a distingue. Quanto menor a artificialização da propriedade rural que se abre ao turismo, melhor.

Segundo Weissbach (2011, p. 39) se antes o espaço rural era considerado apenas como o provedor de alimentos e matérias-primas para os moradores da cidade, hoje também possui uma representatividade, bem como, uma alternativa para se vivenciar ocasiões de lazer, ocupando o tempo livre com diversão. Menciona que a aversão ao urbano faz do rural sinônimo de vida benéfica, proximidade da natureza e, além disso, a relação com o paraíso pouco explorado ou com o ideal idílico.

Vale ressaltar que na década de 1990 houve um crescente número de pessoas em busca pela ruralidade, ou seja, para a experiência no turismo rural diante de argumentos como a procura por ambientes mais calmos, uma vez que muitos deles estão nos centros urbanos, em contato com poluição sonora e arquiteturas de pedra e cal. Nesse período, de acordo com Weissbach (2011, p. 36) abandona-se a ideia do rural como exclusivamente um mundo agrícola. Ou seja, o espaço rural amplia a sua expectativa de emprego e geração de renda. Em razão disso, há uma valorização de bens não-tangíveis como a paisagem e o lazer, oportunizando novas formas de ocupação.

Dentro dessa temática entra os desafios elencados ao turismo rural, os autores Almeida e Riedl (2000, p.10) mencionam que as iniciativas de turismo rural com maior probabilidade de sucesso são aquelas que envolvem a comunidade regional em todas as fases, desde seu planejamento até a sua implantação. Iniciativas isoladas ou individuais dependem demasiadamente de características locais específicas. Além disso, os responsáveis pela condução da ação turística precisam ser conhecedores da história, da cultura, das tradições, da culinária e das atrações naturais da região em que estão inseridos. O turista normalmente é extremamente curioso e questionador.

Weissbach (2011, p 9-10) aborda que na atualidade, quando as atividades de lazer no espaço rural se exibem cada vez mais como componentes necessários à vida humana devido à liberação do tempo, o setor de serviços ligado ao turismo e às viagens surge como um dos diferenciais na promoção econômica e social dos lugares seja na

configuração de geração de renda, de empregos, da diversificação das atividades produtivas, assim também como uma maneira de melhor coordenar o território em razão de um aproveitamento mais lógico do mesmo.

De tal maneira, afirmam os autores Almeida e Riedl (2000, p.11) que o público visitante em diversas vezes procura o meio rural para resgatar vivências, os quais, portanto, precisam ser resguardados e valorizados.

Sobre as características e as perspectivas que surgem no imaginário do turista sobre o ambiente rural, o autor Weissbach apresenta:

Mesmo prevalecendo uma tendência de urbanização do campo, ou simplesmente, a revitalização do espaço rural, as pessoas ainda veem o rural como um espaço que se contrapõe ao urbano, onde existe a possibilidade de desfrutar de um lazer com suposta qualidade ambiental. Dessa maneira, surgem várias ofertas de atividades de lazer no espaço rural, entre elas o turismo (2011, p. 37).

Em razão dessa busca, o relacionamento entre as vantagens em estar no rural e a ruptura com muitos preconceitos foi de acréscimo para as ações do turismo nas localidades. A valorização de bens antes ignorados e julgados somente com valor de uso e não de troca, como a paisagem, o lazer e os ritos do cotidiano rural (FONTANA E DENCKER, 2006, p.6).

De tal forma “o turismo ajuda em melhorias infraestruturais no espaço rural, tais como estradas, acessos, telecomunicações, saneamento, etc., que, em última análise, resultam em melhoria nas condições de vida das pessoas.” (Weissbach, 2011, p. 41).

Os usos do espaço devem ser feitos em consonância com a comunidade receptora. Abordando algumas vantagens o autor Weissbach elenca:

Mas, há também transformações positivas ambientais e sócio-culturais, tais como: preservação do patrimônio natural, criação de áreas protegidas, melhoria do saneamento básico e aumento da conscientização ambiental, o incentivo à participação da comunidade, o intercâmbio cultural, a preservação do patrimônio histórico e a valorização da cultura local (2011, p. 44).

Diante do exposto, justifica-se a importância do investimento no turismo rural. Os benefícios atingem tanto quem visita quanto quem recebe. No entanto, para que haja sucesso em projetos vindouros faz-se necessário o diálogo entre as partes para que seja observado o que se busca pelo grupo que compra a ideia em passar o seu tempo de lazer no destino quanto é salutar priorizar os anseios da comunidade perante a ideia dos limites que eles buscam oferecer.

Com isso, apresenta-se benefícios que as atividades turísticas ocasionam para as comunidades.

2.3. As estratégias de um Plano Museológico no espaço turístico.

O Plano Museológico (PM) tem como desígnio instigar e respaldar o trabalho de gestão de um museu, organizando as diretrizes e objetivos que precisam ser discutidos pelo grupo de profissionais e comunidade, por meio da conexão entre as áreas de funcionamento que permeiam a instituição, tanto de organização das ideias quanto no processo de implantação. Um instrumento de planejamento que valoriza as ações que o museu pretende alargar, sendo importante ser continuamente revisado diante da periodicidade que será estabelecida no regimento de cada um.

O Plano museológico (PM) reflete-se enquanto um documento que busca proporcionar a reflexão quanto ao objetivo da instituição, direcionar a capacidade museológica, organizar as metas da gestão por meio de parâmetros, além de gerenciar perspectivas responsabilidades públicas. Não somente, o documento existe para auxiliar na orientação para projetos vindouros dentro de uma concepção inicial de administração.

Com isso, busca apresentar o desenvolvimento de ações que assegurem a preservação do acervo patrimonial, estabilizados pelo espaço museu na contemporaneidade. Ainda assim, as diretrizes do plano ressaltam a institucionalização e expõem prerrogativas que apresentam a organização do museu, bem como, caminhos legais que protegem o espaço.

Segundo Cury (2009, p. 29–30) o objeto de estudo dos museus e das coleções parte da relação do homem e a realidade; do homem e o objeto no museu; do homem e o patrimônio musealizado; do homem com o homem, sendo essa relação mediada pelo objeto. Assim, um PM ao ser estruturado costuma buscar o encontro dessa pirâmide museal (homem, objeto e espaço), ou seja, o fato museal.

Partindo para a concepção da realidade, Tereza Scheiner (1998, p.138), elenca que o real não é um, mas muitos, e que para operar o museu no habitual é preciso compreender quantos e quais os planos da realidade se articulam para configurar o momentum particular de cada museu. Trabalhar no plano do real é, portanto, ser capaz de entender as muitas faces da realidade concebidas em cada museu, e como se as representa.

Desde a promulgação da Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, o documento alertou para a importância da obrigatoriedade legal, apresentando as particularidades características do órgão de tutela. Apesar de suas inúmeras funções, a melhor contribuição de um Plano Museológico reside no entrelaçamento de três fatores, sobretudo, sendo-os:

1- No processo de identificação da potencialidade da vocação do museu (fato museal) e de seus respectivos compromissos públicos;

2 - Ao processo de reconhecimento das restrições e reciprocidades entre o espaço e os seus interesses (objetivo de uma instituição museológica e correspondentes aperfeiçoamento e especialização necessárias ao corpo de atividades fins (fenômeno museológico);

3- Diante da perspectiva de realização de ações legais, ordenadamente avaliadas e engajadas em políticas públicas mais amplas (processos museológicos).

Compreende-se que o PM adotado no Brasil como um instrumento estratégico de gestão tem por princípios dez pontos sobretudo:

1. Possibilitar o equilíbrio e a estabilidade na gestão do museu, independentemente de sua direção e de seu corpo de trabalhadores;

2. Implantar uma estrutura básica de funcionamento dentro da qual podem ser tomadas decisões estratégicas;

3. Assegurar a salvaguarda do acervo;

4. Tornar clara a missão e as ações do museu tanto para funcionários quanto para o público;

5. Definir com clareza as ações coletivas e individuais no interior do museu, estabelecendo as responsabilidades de cada área de trabalho;

6. Propiciar o uso mais eficaz dos recursos;

7. Pensar no museu como um organismo complexo e interdependente, a partir dos princípios estabelecidos no Estatuto de Museus e demais documentos normativos, e na importância de estabelecer um equilíbrio entre as suas partes;

8. Identificar situações emergenciais ou de risco iminente;

9. Levar em consideração a capacidade de solução dos problemas, através dos recursos de pessoal e orçamentários disponíveis;

10. Preparar o museu para novas realidades (ALMEIDA, 2013, p.29).

O Estatuto de Museus indica programas como estrutura do Plano Museológico. Para realizá-lo se faz necessário descrever cada ação dos programas para compreender as metas que poderão ser desenvolvidas pela equipe de um museu.

De acordo com Cícero Almeida (2013), podemos reunir os programas em dois principais conjuntos os administrativos e gerenciais. No primeiro conjunto devem estar presentes os programas: institucional, de financiamento e fomento, de gestão de pessoas, e de segurança. No segundo os programas presentes serão de acervo, de exposições, de comunicação, de pesquisa, educativo e cultural. Para este autor, o programa arquitetônico e urbanístico pode ser articulado entre os dois conjuntos. Entretanto, ainda que se tenha uma legislação específica para o campo museal, a realidade brasileira está muito distante da sonhada. Muitos museus e espaços de memória sofrem com a degradação e descaso com seus acervos e as políticas públicas tardaram algum tempo em abranger todos os museus.

Justifica-se ainda na legislação brasileira a orientação desse projeto para a elaboração do Plano Museológico que segundo o Art. 45. da Seção III, Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Ressalta-se que um Plano Museológico é um planejamento elaborado por uma equipe que elenca ideias pertinentes a uma determinada tipologia de museu. Leva-se em consideração o acervo, a geografia, as memórias presentes em torno do projeto que pretende elaborar.

Sendo também pautada na lei, a presença do profissional museólogo nesse procedimento para a assinatura do Plano Museológico (PM), uma vez que a profissão é regulamentada desde 1984, pela Lei 7.287 de 18 de dezembro de 1984 e possui um Conselho Federal e Conselhos Regionais de Museologia (COFEM e COREMs).

Nessas circunstâncias, vendo a proposta da organização do plano museológico na perspectiva do planejamento, analisa-se as consequências que o mesmo promove para um atrativo quando executado e continuado. O trabalho de organização das metas

do PM desencadeia uma sequência de ações que auxilia na promoção do destino, em sua concorrência e, assim, no alcance aos objetivos propostos.

2.3.1. Apontamentos sobre planejamento no espaço turístico

O turismo é edificado por uma pluralidade de pessoas, áreas e serviços. Para melhor entender, veja-se que envolvido ao turismo há administradores públicos, representando as secretarias das diversificadas esferas, que gerenciam o setor turístico sendo-os dependentes do poder político que cobram resultados em curtos prazos para manterem os seus objetivos (PETROCCHI, 2002, p. 32); e há os administradores privados, que necessitam do sucesso da atividade turística para a sua manutenção financeira.

Para Hall (2004, p.24) “planejar é o processo de preparar um conjunto de decisões a serem colocadas em prática no futuro, direcionadas para o cumprimento de metas pelos meios preferidos”.

Pensando nas peculiaridades que cada espaço possui para criar as estratégias do seu planejamento, entende-se que ainda que dois lugares possam ter os mesmos ingredientes, a disposição de suas formas pela comunidade produz algo necessariamente diferente. Com isso, cada comunidade, cada lugar possui as suas especificidades que devem ser levadas em consideração ao propor métodos. Homem apaixonado pelo meio cria a alma do lugar e assim auxilia na manutenção do espaço. O próprio planejamento, ao ignorar ou não querer reconhecer essas dimensões todas (naquilo que é seu campo), torna-se cúmplice da mesmice que vaga pelo território sem cara nem alma (YÁZIGI, 2001, p. 45). Compreende-se que cada lugar possui sua identidade, a sua marca e que deve sempre ser levado em consideração durante todo o processo de planejamento.

Com o intuito de esclarecer sobre a pluralidade de pessoas envolvidas, bem como a importância das variadas opiniões, nota-se que o planejamento se constitui por um processo continuado, e assim, passará por diversificados olhares, contextos pessoais, interesses que o modificará no passar do tempo. De tal modo, se caracteriza pelo engajamento dos interessados desde o levantamento de dados até a discussão a respeito das prioridades e sugestões de atos, para que o plano venha a atender as perspectivas (BRAGA, 2007, p. 20).

Segundo Bissoli (1999, p. 26) o processo de planejamento é dinâmico, constante e mutável. Por ser um processo, permite a revisão e a correção da direção a todo momento. O planejamento deve ser considerado em termos de tempo, espaço e âmbito

de interesse. Dentro desse tema, observa-se a dimensão do tripé que é estabelecido para a construção, efetivação e compreensão do processo de acompanhamento do plano. O tempo comunica a consistência, a potencialidade, os interesses das partes em torná-lo aplicável. O espaço delimita a localidade, estuda o contexto onde o plano se faz presente e explica as razões pelos quais as características do ambiente possuem tais aspectos. Já o âmbito de interesse, entrelaça as necessidades da comunidade aos desejos dos que estão gerenciando o planejamento na localidade.

3. METODOLOGIA

3.1. Caracterização da área de estudo

A pesquisa desenvolve-se na comunidade Ilha Mem de Sá que está situada numa ilha fluvial no estuário do rio Vaza-Barris, (demarcada à 11°29'26"S e 06°46'W), localizada a 23 Km da sede do município de Itaporanga D' Ajuda, e 53 Km de Aracaju, capital do estado de Sergipe, conforme figura 1. A povoação da ilha originou-se de famílias estabelecidas ao longo do tempo em íntima relação com o meio ambiente caracterizado pelos ecossistemas de restinga e mangue, destaques ao cultivo da mandioca e do aproveitamento do coco (EMBRAPA, 2007).

Figura 1: Localização da Ilha Mem de Sá (Circundada por linha em vermelho).



Fonte: Veja Sergipe-Visualizador da Base Cartográfica dos Municípios Litorâneos, adaptado (SEPLAN-SE/SUPES/GIGEC, 2008)⁶.

A partir de 2008, o Instituto Federal de Sergipe (IFS) começou a desenvolver ações de inventário e diagnóstico participativo no local sob a supervisão do Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura, vinculado ao curso de Gestão do Turismo. O foco era o cotidiano dos moradores locais, em grande parte pescadores artesanais, que

⁶ Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-da-Ilha-Mem-de-Sa-Circundada-por-linha-em-vermelho-municipio-de_fig1_278966383, Acesso em: 29/03/2019.

tenham sido valorizados e estruturados turisticamente (TECHNUM CONSULTORIA, 2013, p.123).

O Projeto “Re-Conhecer Pedra Bonita” gerou um espaço de diálogo sobre o turismo no município. O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) possibilitou aos moradores identificar os potenciais atrativos turísticos da região. A contribuição comunitária permitiu gerar e executar o Roteiro Pedra Bonita (TECHNUM CONSULTORIA, 2013, p.123).

Em fevereiro de 2015 foi lançado, por consequências dessas ações, o projeto “Aratu, Turismo e Base Comunitária”, financiado pelo Programa Integração Petrobras Comunidades, visando a implantação de uma cooperativa de turismo e infraestrutura básica receptiva com o objetivo de fortalecer as atividades, produtos e serviços ecoturísticos.

Segundo Bento Cruz, que foi coordenador executivo do Projeto “Ilha dos Aratus”, o Instituto Federal de Sergipe (IFS) promoveu diversos projetos de pesquisa e extensão na Ilha, que ao longo de um processo de interação entre comunidade, pesquisadores e visitantes fora desenvolvida uma ideia sobre o gerenciamento e operacionalização das atividades turísticas.

A Ilha situa-se no Polo turístico Costa dos Coqueirais. É administrada pela Prefeitura municipal de Itaporanga D’Ajuda, contém gestores locais que se integram por meio de projetos e administram a área. A presidente da associação comunitária Joseilda Santos, professora do local, no período correspondente à presente pesquisa dialoga constantemente com os moradores com o intuito de sensibiliza-los para o desenvolvimento de ações ligadas ao turismo.

Com o propósito de planejar e visualizar potenciais atrativos, em visita técnica à Ilha Mem de Sá, em 2016, o dono da casa mais antiga da localidade (Sr. Salvador) afirmou estar construindo uma nova casa para que aquela residência embrionária se torne “o museu da ilha”. A casa é de arquitetura simples⁷, tendo mais de cinco cômodos e localiza-se na região chamada pelos moradores como “Ilha de baixo”, conforme figura 2.

⁷ Na constituição da casa levam-se varas de madeiras entre elas. Inicialmente, uma fileira das peças verticais é fixada na base. Depois, vêm as horizontais. Com o barro formam-se pequenas bolas, que devem secar naturalmente ao longo de um dia. Informações cedidas pelo Sr. Salvador.

Figura 2 : A casa onde a comunidade pretende montar o futuro Museu



Fonte: Foto de Estefanni Patricia. Dezembro de 2017

Durante a pesquisa, lideranças da comunidade informaram que a comunidade da Ilha Mem de Sá compreende em torno de 100 casas e aproximadamente 400 pessoas. Entre os serviços turísticos, dispõe de uma pousada e duas mercearias, além de bares e casas de famílias que fornecem refeições aos visitantes. Estas casas, por sua vez, são exemplos típicos de atividades caracterizadas pelo Turismo de Base Comunitária.

Como citam Faxina, Gonçalves e Santos (2016, p. 1739) é possível chegar na Ilha por meio de barcos de pequeno porte, conforme figura 3, conduzidos por barqueiros da comunidade, saindo do Porto dos Caibros, situado em Itaporanga D'Ajuda. Esta travessia leva aproximadamente dez minutos. Mas também existe a possibilidade de se chegar por embarcações maiores, lanchas e até mesmo com os pequenos barcos pela Orla Pôr do Sol, situada em Aracaju, estado de Sergipe. O percurso por catamarãs e barcos pequenos pode durar quarenta minutos.

Figura 3: Chegando na Ilha Mem de Sá, por meio do barco da associação de moradores.



Fonte: Foto de Estefanni Patricia. Julho de 2018.

A comunidade possui, enquanto um dos geradores de renda, a interação com a natureza. A extração do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) e o aratu vermelho (*Goniopsis cruentata*) são recursos naturais e constitui a base de sua economia, sendo as espécies que melhor representam os manguezais da Ilha, beneficiando a comunidade que utiliza estes recursos para o consumo e/ou comercialização dos crustáceos como também explorando como iguaria gastronômica turística local (RIBEIRO; ANDRADE; BRAGHINI, 2014).

O local contém um colégio, um pequenino atracadouro, restaurantes, pousada, as pessoas costumam se locomover mais por meio de bicicletas e barcos, não há hospital. Muitos trabalham na pesca para atender o local e a região. Alguns trabalham na sede do município e também vão para lá estudar (SILVA; FREITAS, 2017).

O polo onde a Ilha está situada foi contemplado em ação do governo federal por meio dos Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/NE II) com um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) e é formado por municípios localizados na parte litorânea do Baixo São Francisco, no Leste Sergipano, na Grande Aracaju e no Sul Sergipano (SILVA; FREITAS, 2017).

Por meio das verbas do PRODETUR, o Estado de Sergipe inaugurou em 28/02/2019 um atracadouro na região, abrangendo uma área de 462m², composta por calçamento, paisagismo e quiosques. Essa obra constitui mais um benefício ao turismo local.

Conforme figuras 4 e 5 podem-se comparar as mudanças que ocorreram na Ilha Mem de Sá durante o intervalo de 2017 a 2019.

Figura 4: Chegando ao atracadouro de acesso à Ilha Mem de Sá.



Fonte: Foto de Estefanni Patricia. Dezembro de 2017.

Figura 5: Voltando ao atracadouro de acesso à Ilha Mem de Sá.



Fonte: Foto de Ediclécia Cardoso Santos. Março de 2019.

O ambiente é um local que possui aratus, família do caranguejo, bem como de diversificados peixes. Muitas pessoas descobriram o lugar e até mesmo a comunidade está tentando gerenciar essa quantidade de novidades, ou seja, novas pessoas, novos costumes e mudanças paisagísticas. Conforme figura 6, nota-se a preocupação da população pelo seu ambiente.

Figura 6: Placa colocada pelos moradores na entrada da Ilha Mem de Sá.



Fonte: Foto de Estefanni Patricia. Julho de 2018.

Sobre as características sociais, as pessoas são muito acolhedoras e animadas com a ideia do turismo. As casas são bem próximas, poucas possuem muros entre elas, mas, a maioria, são cercadas de arames. Todos se conhecem, quando chegam visitantes os guiam e costumam indicar o almoço no restaurante e os passeios de barco. As crianças do ensino infantil ao fundamental possuem um colégio que as atendem na ilha. Do ensino médio ao superior, os moradores precisam sair do local para poder estudar. Compras em grande quantidade são feitas pelos moradores na sede do município em

Itaporanga. Para as necessidades menores, pelos povoados próximos e pelas mercearias da própria comunidade (SILVA; FREITAS, 2017).

Há pescadores que vendem seus peixes frescos, aratus, recém-pescados a visitantes e moradores próximos. Isso já se tornou uma prática econômica na ilha. Existe uma pousada que possui passeios de barco incluso, bem como, o almoço em seu pequeno restaurante. São servidas comidas regionais, que tem agradado ao público que o visita. Além disso, a associação comunitária consta com um barco flutuante onde são servidas moquecas e bebidas, com a finalidade de arrecadar fundos para a associação.

Com relação aos seus aspectos culturais, dentro dessa discussão, há rodas de danças folclóricas de senhoras da comunidade, costumam se vestir à caráter e chama muito a atenção dos que visitam o espaço. As danças são ocasionais e não frequentes. São servidas moquecas e variados tipos de peixes. Além disso, há senhoras que catam aratus e ficam sentadas nas portas conversando sobre suas memórias com as pessoas que se aproximam.

Existem moradores antigos que costumam conversar sobre a trajetória da Ilha Mem de Sá e sobre todas as memórias que remetem ao ecossistema da região. Essas atividades culturais são frequentes. Devido a esse resgate das memórias, surgiu a ideia da comunidade em ter um museu que explique sobre a sua historicidade. Diante disso, iniciou esse projeto de mestrado em elaborar um plano museológico junto com a comunidade.

As pessoas são convidadas a fazerem passeios de barcos, a desbravarem manguezais e vazantes do rio, tendo o roteiro de ir até a Orla Pôr do Sol, situada na capital Aracaju, podendo prosseguir até ao oceano atlântico. No entanto, explora-se mais o contato com o cotidiano dos moradores, a experiência de visitar um local com casas de poucos muros e mais acolhimento, de conversar com as pessoas e observar os seus aratus, peixes, artesanato e diversidade ambiental. Nesse sentido, faz-se carente um espaço de preservação das memórias dos nativos, e devido a isso, o projeto do museu chegará com a perspectiva de proporcionar mais um atrativo turístico ao local. Alguns visitantes já questionaram se havia objetos sobre o povo da comunidade, bem como materiais escritos sobre eles. Nesse contexto, o museu oferece informações ao turista e apresenta a trajetória dos moradores locais. (SILVA; FREITAS, 2017).

Pensa-se em uma ampla organização da comunidade para o gerenciamento dos seus potenciais já que existem projetos de capacitações, associações, ou seja, espaços que fomentam a logística, recursos humanos para a administração do turismo local.

Atualmente, por meio da associação, eles recepcionam o turista, fornecem o guiamento, indicam roteiros e espaço para hospedagem e alimentação.

3.2. Procedimentos metodológicos

As potencialidades museológicas na Ilha Mem de Sá foram estudadas com um recorte entre os anos de 2017 a 2019. O Plano Museológico foi elaborado em conjunto com a comunidade, que organizará a gestão e efetivação do museu comunitário que pretende fundar.

O Plano Museológico do Museu Comunitário Ilha Mem de Sá seguiu eixos embasados na Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009, em seu Art. 46, que aborda as premissas metodológicas para a criação do referido documento bem como a obra Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos. As diretrizes são: 1. política de aquisição de acervo e catalogação, 2. Conservação Preventiva (higienização e preservação do acervo), 3. Expografia e Expologia (elaboração, concepção e montagem de exposições), 4. Ação Educativa Museológica (Educação Patrimonial, a partir das exposições museológicas e da própria relação e historicidade dos habitantes com a fauna e flora da ilha, voltada para os visitantes/turistas).

Seguindo os princípios da museologia, numa comunidade que tem o TBC, o PM foi construído com base na vontade/anseios da comunidade. Assim, buscou-se dados primários por meio da pesquisa de campo que compreendeu a análise documental, questionários (apêndice A) e aplicação de Oficinas (apêndice B, C e D). A abordagem da pesquisa foi qualitativa e quantitativa, analisando e compreendendo os discursos da comunidade frente ao Plano Museológico.

Foi realizada a revisão de literatura para delimitar a base conceitual do objeto de estudo. Foram observados os trabalhos de museus comunitários, TBC, PM, bem como, os discursos de autores, sobretudo, da área do turismo que dialogam com a temática do projeto.

Foram realizadas visitas na Ilha Mem de Sá nos anos de 2017 e 2018 em busca de informações sobre a historicidade do povoado e à sede do município de Itaporanga D'Ajuda, com o objetivo de captar documentos e registros em geral que fossem pertinentes para a pesquisa. Foi apresentado ao prefeito do município Otávio Sobral, em outubro de 2018, o projeto.

Ao desenvolver as pesquisas poucos documentos sobre a Ilha Mem de Sá foram conseguidos e no processo de construção do PM, a melhor forma de obter-se os dados

primários foi por meio da aplicação de oficinas e questionários à comunidade, além de permitir mais proximidade com o público que salvaguardará o futuro museu.

Em 2018 o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/ Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) constando como o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 99134718.8.0000.8042. A carta de anuência com a devida autorização para a pesquisa consta no apêndice F. Ao parecer foi dado o número 2.984.825.

Utilizou-se a oficina, cujo objetivo foi abordar os moradores sobre a importância de um museu e como é o funcionamento de um espaço museológico em uma determinada localidade e, em seguida, traçadas as diretrizes para compor o Plano Museológico. Foram convidados membros da comunidade envolvidos na gestão do turismo de base comunitária (TBC) para a participação.

As oficinas foram divididas em três etapas. A primeira oficina abordou a relação do turismo e o museu comunitário enquanto um diálogo efetivo. Apresentou-se o conceito de museu e experiências de museus comunitários.

A segunda oficina tratou do mapeamento cultural. Foi direcionada às marcas da história local e a sua trajetória contemporânea, reunindo as memórias do público presente.

A terceira apresentou à comunidade a organização de um PM e recolheu-se junto aos integrantes das oficinas os seus propósitos ao futuro museu, formatando assim, as características que estão inseridas no produto PM, sendo apresentados direcionamentos de instrumentalização para o registro de um Museu Comunitário junto ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Os objetivos da oficina podem ser conferidos conforme Quadro 1.

Quadro1: Objetivos das oficinas.

Oficinas	Objetivo elencado e alcançado	Carga horária
Museu Comunitário.	Exposição e troca de ideias quanto ao atrativo museu.	2 h
Memórias da comunidade	Reunião das memórias dos participantes quanto à historicidade e aos registros da identidade local em falas.	2h

Plano Museológico	Organização das informações recolhidas para junto à comunidade delinear as diretrizes do plano museológico (PM).	2h
-------------------	--	----

Fonte: Elaboração própria. Fevereiro de 2018.

Para a instrumentalização da comunidade a respeito do Museu Comunitário as oficinas produziram “árvores de ideias” da Ilha e de seu referencial cultural identitário. Nelas foram realizadas apresentações temáticas, debates e a organização por meio do agrupamento das informações escolhidas pelos participantes para compor o Plano Museológico, atendendo ao primeiro objetivo específico da pesquisa.

Assim, no decorrer da fala dos participantes foram anotadas as devidas contribuições para a efetivação do Plano Museológico.

O método da observação participante foi usado, uma vez que por meio dele o investigador adentra no universo cultural da comunidade, permite vivenciar o cotidiano e compreende as suas práticas rotineiras. Jorgensen (1989, p. 12) ressalta que “através da observação participante é possível descrever o que acontece, quem ou o que está envolvido, quando e onde as coisas acontecem, como elas ocorrem, e porque – pelo menos do ponto de vista dos participantes – as coisas acontecem em situações particulares”.

Foram analisadas as falas dos moradores argumentando sobre o interesse em obter um espaço museal onde haja a preservação do seu patrimônio histórico (a princípio pensando por eles em peças antigas, mas depois das oficinas foi perceptível a mudança de olhar para o acervo), com o objetivo de salvaguardar as suas memórias por meio da instituição museu, atendendo ao segundo objetivo específico.

Foi iniciado o processo de aplicação dos questionários. Os moradores participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (apêndice E) constando a autorização para o uso dos dados mencionados à pesquisa.

Os questionários semiestruturados com questões abertas e fechadas foram respondidos por 38 membros da comunidade. O critério de inclusão aos questionários foi moradores que participam diretamente do processo de turismo de base comunitária, ou seja, aos sujeitos que pretendem organizar o museu na localidade. Para as questões abertas (apêndice A) foram realizados esclarecimentos quanto as dúvidas que surgissem no desenvolvimento das falas. Todas as entrevistas foram devidamente gravadas no celular e transcritas na íntegra no Microsoft Word 2010. Alguns trechos das falas foram

utilizados para ilustrar os resultados da pesquisa. A planilha do Microsoft Excel 2010 foi usada para a análise estatística e descritiva dos quantitativos. Essa etapa atendeu assim ao terceiro objetivo específico da pesquisa.

A técnica de análise compreendeu a estatística descritiva para as questões objetivas e análise de conteúdo para as subjetivas. Sobre a análise de conteúdo, embasada no autor Bardin (2009, p. 140) “funda-se na frequência de aparição de determinados elementos da mensagem”, ou seja, nesse caso, obtendo subsídios descritivos por meio dos dados estatísticos. A pesquisa reuniu diversificadas opiniões sobre as possibilidades de peças que vão compor o acervo do futuro museu planejado por eles.

Foi aplicado enquanto método de abordagem o indutivo, que para Gil: “parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer” (2008, p. 10). Por meio dos dados primários buscou-se a compreensão sobre o diálogo impressos na fala da comunidade sobre as suas pretensões quanto ao museu na Ilha.

Quanto à natureza, a pesquisa é aplicada. Essa tem o interesse em, por meio das opiniões da comunidade, aplicar o conhecimento para o direcionamento da criação do Plano Museológico por meio do envolvimento com a comunidade, para entregar um produto que será uma diversificação da oferta turística do local.

Com o registro no COREM 0376-I, a autora da dissertação é Museóloga, sendo assim a pesquisa constou com assessoria devida na área da museologia para a elaboração do Plano Museológico junto à comunidade. O espaço promoverá mais um atrativo para os roteiros organizados na gestão do TBC na Ilha Mem de Sá.

O percentual das opiniões quanto ao acervo que eles pretendem expor, bem como, as descrições dadas pelos participantes ao que pretendem musealizar resultaram no produto Plano Museológico.

4. Análise dos resultados

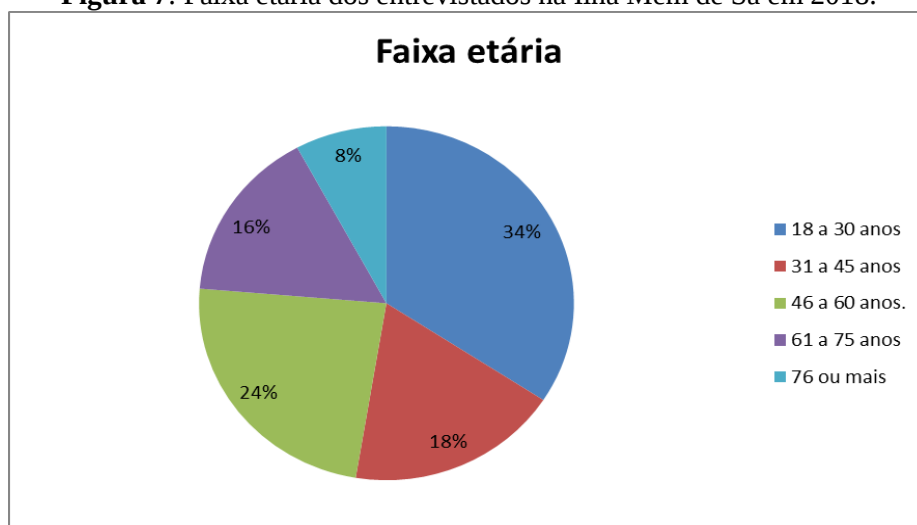
4.1 Aplicações dos questionários

Serão apresentados os resultados que compreendem a aplicação de questionários na Ilha Mem de Sá. Os dados estatísticos acompanham as questões que foram realizadas com os moradores da comunidade.

Quanto às características dos entrevistados, foi verificado do gênero feminino 63% e do masculino 36%. Justifica-se um número maior ao feminino devido à aplicação ter sido durante o turno diurno e nesse espaço de tempo a maioria dos homens estava trabalhando até em outras comunidades ou municípios.

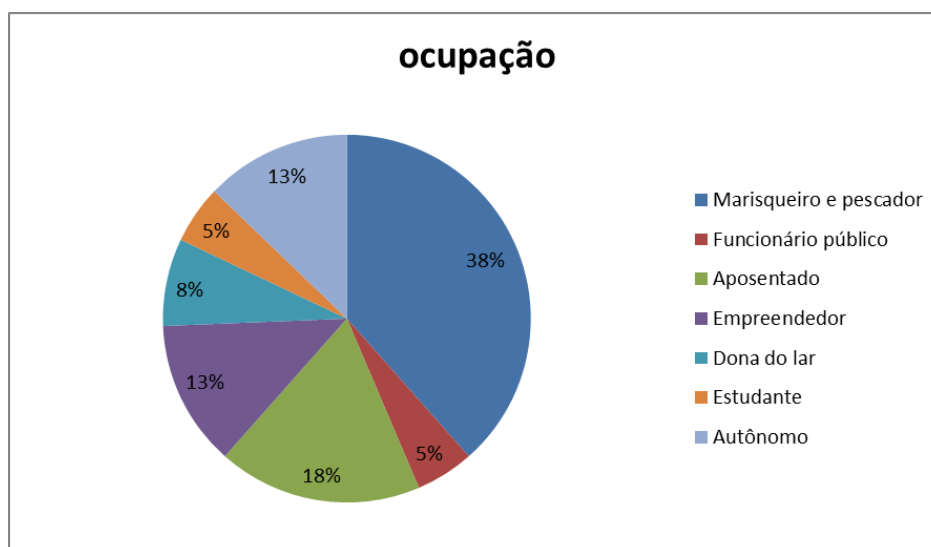
Observa-se na figura 7 as faixas etárias dos entrevistados. Dos 18 aos 30 anos 34%, dos 31 aos 45 anos foram 18%, dos 46 aos 60 anos 24%, de 61 a 75 anos 16% e maiores de 76 anos foram 8%.

Figura 7: Faixa etária dos entrevistados na Ilha Mem de Sá em 2018.



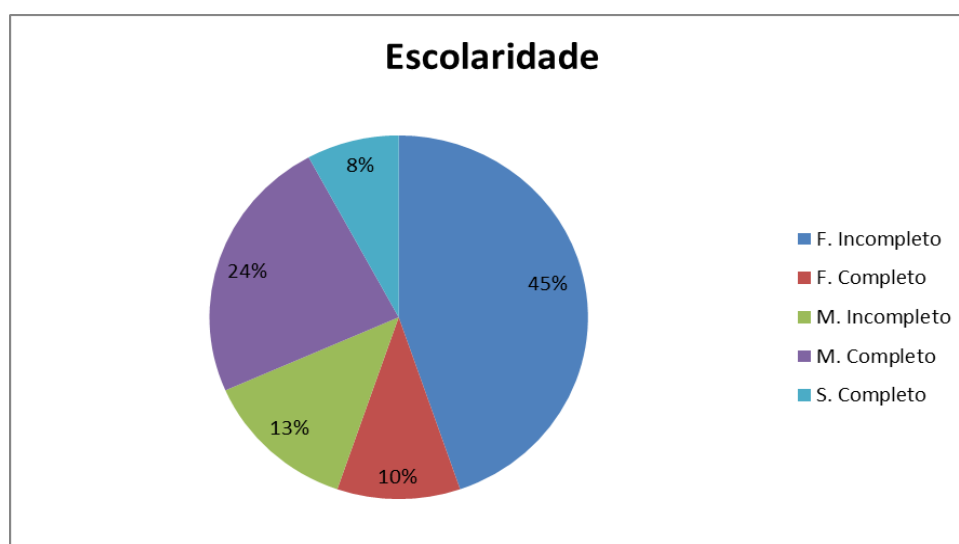
Fonte: Elaboração própria. Janeiro de 2018.

Conforme figura 8, no que tange as ocupações dos entrevistados, ao item marisqueiro (a) e pescador (a) corresponde a 38% dos entrevistados, seguidos de funcionário público (a) com 5%, aposentado (a) 18%, empreendedor (a) 13%, dona do lar 8%, estudante 5% e como autônomo (a) 13%. Para esse último, chama a atenção o fato de eles trabalharem em outros lugares, pois são jardineiros, pedreiros e por isso não estão fixos na Ilha Mem de Sá, pois costumam fazer os “bicos” em outras cidades.

Figura 8: Frequência das ocupações dos entrevistados.

Fonte: Elaboração própria. Janeiro de 2018.

Na categoria escolaridade, conforme figura 9, constaram ter ensino fundamental incompleto 45%, ensino fundamental completo 10%, ensino médio incompleto 13%, ensino médio completo 24% e ensino superior completo 8%. Lembrando que na comunidade tem uma escola municipal de ensino fundamental.

Figura 9: Frequência relativa da escolaridade dos entrevistados.

Fonte: Elaboração própria. Janeiro de 2018.

A totalidade dos entrevistados concordou com a implantação de um museu comunitário na Ilha Mem de Sá. Isso demonstrou a preocupação da população local em ter mais um espaço turístico, salvaguardando suas memórias e expondo dados da sua

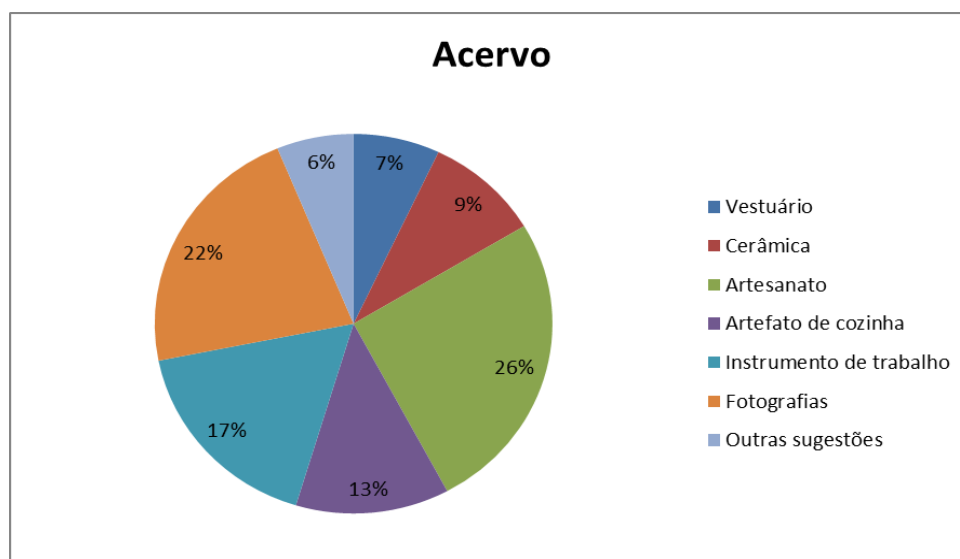
história. O resultado revela que a população local compreende sobre a importância de um espaço de memória para o turismo e para as suas identidades culturais.

Ao analisar quais as peças os entrevistados achavam que deveriam estar disponibilizadas para contar a história da comunidade no espaço museu, sendo que cada pessoa poderia elencar mais de uma tipologia, 26% optaram por Artesanato, evidenciando dessa forma que o fazer cultural da comunidade é valorizado pelos moradores e almejado para se tornar cada vez mais conhecido pelos visitantes.

Na figura 10 apresenta-se que 22% dos entrevistados optaram por fotografias, 17% instrumentos de trabalho. O artefato de cozinha foi opção de 13%. Com 9% a tipologia cerâmica foi marcada. Como a produção hoje é pequena na Ilha Mem de Sá sobram poucas peças distribuídas em algumas residências de exemplares de cerâmicas.

No que se refere ao vestuário, 7% dos entrevistados optaram por ter exposta esta categoria no museu. As opiniões se direcionaram às vestes do samba de coco. Apenas 6% da totalidade ofereceram sugestões de outras peças para compor o acervo, dando como exemplo sanfona, telas de arte, registros das memórias e as características do São João local.

Figura 10: Porcentagem dos acervos selecionados pelos entrevistados.



Fonte: Elaboração própria. Janeiro de 2018.

4.2. Questões abertas

Seguem as informações quanto às respostas que os moradores forneceram sobre a implantação de um museu comunitário na Ilha Mem de Sá. Caso a resposta fosse sim dava-se a opção em mencionar por qual motivo achava pertinente ter o espaço museológico na comunidade.

Analisando os discursos dos moradores no quesito E sobre a importância do museu, nota-se que 84% menciona que a memória e história é um fator imprescindível a ser colocado no futuro espaço museológico. Normalmente, ao citar o espaço museu, as pessoas costumam associar ao remoto, antepassado, local de guardar coisas velhas. No entanto, percebe-se nas falas dos entrevistados que o local será um espaço que salvaguardará as memórias. Ou seja, não é ambiente de somente expor peças antigas, mas de encontro com uma história presente refletida na prática da musealização.

É bom para trabalhar a memória e história da comunidade.

Morador 01

Será bonito ter um espaço que fala sobre o povo.

Morador 17

Guarda as coisas antigas como recordação.

Morador 37

Os 7% das falas referem-se à identidade local. Como está acontecendo a venda de terrenos, casas e novas pessoas estão indo para o lugar seja para morar ou somente para ter casa de veraneio, alguns moradores apontaram a necessidade em preservar informações sobre as características da Ilha Mem de Sá sendo dos anos anteriores bem como dados sobre o período da contemporaneidade.

A cultura tem que ser preservada

Morador 38

Para que as pessoas futuramente possam ver a beleza onde moro.

Morador 02

Tudo está mudando. Aí vai ser bom para preservar.

Morador 23

Os 26 % dos entrevistados observam que a chegada de um futuro museu irá atrair turistas e deixará o espaço mais competitivo, uma vez que terá algo diferente para

mostrar. Além disso, ressaltam que o turismo não é uma atividade somente econômica e sim de trocas de experiências, sendo o espaço museu, um ambiente propício a essa ação.

Vai contar a história da Ilha e atrair turistas.

Morador 11

Lugar que frequenta turista. A tendência é crescer.

Morador 28

Foi perguntado nos quesitos F e G se o entrevistado teria alguma peça que gostaria de doar para a composição do acervo. Caso a resposta fosse sim (32 pessoas assim responderam e 6 não) diria qual seria, bem como, contaria sobre o valor que essa peça teria para a sua memória. Foram organizadas as seguintes categorias de acervos: artesanatos (10%), cerâmicas (7%), instrumento de trabalho (28%), artefato de cozinha (7%), vestuário (1%), fotografia (15%) e outras sugestões (10%) que os entrevistados deram.

O artesanato foi exposto por 10% dos entrevistados como uma categoria de peça a compor a exposição permanente do museu. O saber fazer constitui significados que remetem ao pertencimento sentido pelos moradores. Doar uma peça de artesanato que pertenceu à história de sua família, acaba por caracterizar uma simbologia que marca a própria trajetória do morador no âmbito local.

Segue exemplos de fragmentos de respostas:

Eu gostaria de dar um copo, fabricado da casca do coco, porque traz uma lembrança do passado, pois antigamente não existia tecnologia pra fazer e hoje em dia é tudo moderno. Esse copo foi feito justamente aqui.

Morador 01

⁸A mesa da escola. Cresci vendo-a. Faz parte da minha infância.

Morador 08

⁸ Sobre essa peça, nota-se que o(a) entrevistado(a) possui a imagem do museu enquanto um local de guarda das peças antigas, diferente da opinião de outros moradores que elencam o fazer cultural como tendência a ser musealizado.

Cerâmicas artesanais representam a vontade de 7% dos entrevistados. A Ilha Mem de Sá já foi marcada pela produção de bonecas de barro, as crianças tinham o costume de brincar com elas. No entanto, atualmente, outras brincadeiras chamam mais a atenção do público infantil e essas peças fazem parte das memórias dos antigos moradores. Como exemplo tem uma boneca de barro (morador 15), jarro (morador 16), cachimbo e pote (morador 18), machado (morador 06), remo (morador 13).

A categoria que obteve o maior percentual de indicações/intenções foi instrumento de trabalho, com 28%. Este fato comprova o quanto que a comunidade tem ligações com as práticas que envolvem a natureza, por meio das suas técnicas de trabalhos manuais que são cotidianas no ambiente.

Varinha de pegar Aratu. Pois eu pego os aratus e mariscos com ela.

Morador 09

Eu doaria uma canoa, cerâmica, ferramentas, o banguê que é uma peça feita de vara que levava até duas pessoas. Era muito usada quando tinha gente doente. Carregava até a canoa e depois era levada para São Cristóvão de canoa. Na época não tinha rodagem⁹ para Itaporanga e nem transporte.

Morador 10

Rede de pesca. Criei meus filhos pescando.

Morador 17 e 33

Inchada, pote e moringa da família.

Morador 20

Tarrafa, onde pego meus mariscos.

Morador 28 e 30

Para a tipologia artefato de cozinha, os 7% dos entrevistados falaram sobre o pilão e o purrão. Muitas casas na comunidade ainda os possuem, inclusive, como peças decorativas. Como a região consta de mercearia e se compra a farinha e o café

⁹Estrada que ligasse Itaporanga (sede municipal) à Ilha Mem de Sá.

devidamente tratado e ensacado, assim como, nas feiras da sede de Itaporanga D'Ajuda, esses utensílios de cozinha já não são mais usados por muitos moradores. Pilão e purrão da família (morador 31, 34 e 37).

Com relação ao tema vestuário, houve uma entrevistada (morador 36) que se disponibilizou a doar roupas do grupo folclórico samba de coco para o futuro museu. Chama a atenção o fato de que os entrevistados mencionaram em muitas falas sobre o samba de coco ser uma marca da Ilha Mem de Sá. Desse modo, uma sala dedicada a também falar sobre o folclore da Ilha torna-se prioridade.

A constituição do acervo fotográfico foi dita por 15% dos entrevistados. Mencionaram que possuem imagens desde quando na Ilha Mem de Sá só havia pouquíssimas residências até fotos que mostram os eventos, como as festas¹⁰ de Santa Luzia, as apresentações do samba de coco (apêndice G) e as práticas de trabalhos manuais dos moradores.

Além desses, na opção outras sugestões que representa 10% dos entrevistados, foram citados os seguintes temas para compor o acervo: quadrilhas juninas, memórias do povo da Ilha, telas de arte e musicalidade.

Sobre as quadrilhas juninas foi informado que havia festa de São João e que era uma diversão do período. Sobre as memórias, mencionaram que é importante musealizar as histórias orais do povo da comunidade. A abordagem das telas de arte foi relatada como uma necessidade dos museus em tê-las, já que fazem parte do contexto cultural da comunidade. A casa de farinha, anteriormente, possuía espaço em algumas residências. Em decorrência das festividades juninas, um entrevistado sugeriu que o museu tivesse uma sanfona, por ser um símbolo das noites de São João e por também recordar a música.

Os entrevistados foram questionados no quesito H sobre quais informações da história da Ilha Mem de Sá gostariam de compartilhar com a pesquisa. Dessa forma, a análise museológica ficaria mais enriquecida contendo dados que pudessem expor sobre a historicidade local por meio da ótica da própria comunidade, uma vez que não há publicações sobre a trajetória da Ilha Mem de Sá. Seguem as informações colhidas, separadas por temática, como pode ser observado no quadro 2 .

¹⁰ Gonçalves aborda que as festas populares se constituem como manifestações culturais que contribuem para a afirmação da identidade cultural da sociedade (2005, p.9).

Quadro 2: Quantificação de entrevistas por temáticas.

Categoria	Percentual	Entrevistados
Origem da Ilha	34%	02/03/04/10/11/21/22/23/27/30/34/36/08
Folclore (inclui samba de coco e lendas)	42%	01/06/08/11/12/14/15/16/17/19/28/31/35/36/37/38
Natureza local	13%	02/09/11/23/31
Festas	31%	01/07/09/11/12/14/21/22/26/30/33/38
Costume local	17%	04/05/13/15/17/18/19/20/22/24/25/26/29/32/33/34/35

Fonte: Autoria própria. 2018

História da Ilha: 34% dos entrevistados citam fatos que abordam a historicidade presente no local, por meio das memórias, pois esses dados não estão publicados. Os moradores despertaram interesse em verificar informações na museografia do futuro museu. Chama-se a atenção para as construções do engenho colégio, conforme figura 11. Como exemplo, seguem alguns trechos de falas que detalham alguns aspectos da trajetória da Ilha Mem de Sá.

Aqui não tinha energia, a água era na bomba, se pegava de carrinho de mão mesmo, roupa a gente lavava no rio mesmo numa fonte que a gente tinha aqui, tudo era manual. O povo aqui antigamente plantava mandioca pra fazer farinha, tinha casa de farinha aqui, pra ir pra escola era no remo, os alunos mesmo iam remando, depois foi chegando as verbas, hoje temos o motor que outras pessoas que (sic) carregam a gente. Antigamente a gente estudava num balcão depois foi construída a escola. Tudo pra gente era mais difícil.

Morador 02

Aqui antes todo mundo vivia só da pesca. Não era desenvolvido. A escola era uma casinha normal de taipa, já tem uns 20 anos que fundou uma escola normal mesmo, eu acho. O povo vivia só da pesca, só que aí veio projetos e a ilha foi se desenvolvendo.

Morador 03

Antigamente eram dois donos. Júlio Grande e Tertuliano, que eram da fazenda colégio. A Ilha Mem de Sá era do dono do Engenho fazenda colégio. Antigamente, no inverno, saíamos para o povoado caibros com o fim de lavar e beber. Pegávamos água de pote no rio ou no açude.

Morador 10

Os primeiros donos da ilha foram dois trabalhadores da fazenda colégio e como aqui fazia parte da fazenda, eles se interessaram em ficar morando aqui. E aí dividiram no meio, fizeram uma cerca um morava na parte de cima e outro na parte de baixo. Eles criavam porco e gado. Os nomes Constantino e Tertuliano¹¹. Depois veio um pescador. Ai deixaram famílias, e essas foram gerando, os mais velhos falecendo e ficaram outras gerações que inventaram a pesca, antes era de tucum como a palha de ouricuri e não de nylon. A tarrafa era feita da palha, a rede também.

Morador 11

Figura 11: Engenho colégio¹² de onde saíram os prováveis primeiros moradores da Ilha Mem de Sá.



Fonte: Foto de Estefanni Patricia. Novembro de 2018.

¹¹ Nota-se que alguns falam Júlio Grande e outros Constantino. Tertuliano mostra ser um nome unânime aos entrevistados no que diz respeito aos dois primeiros moradores da Ilha Mem de Sá.

¹² [...] às margens da rodovia estadual SE 228, domínios da Fazenda Iolanda, antigo Colégio, encontra-se à igreja e à casa jesuíta de Tejupeba, edificações do início do século 17 que testemunham, com vigor, a presença atuante dos seguidores de Santo Inácio de Loyola (1493-1556), nas terras de Sergipe Del Rei[...]. Texto: Francisco José Alves. Disponível em: <http://itaporangaserpige.blogspot.com/2010/02/fazenda-colegio.html> . Acesso em 27 Março. 2019.

Nós vivíamos de mandioca, batata e vendia em São Cristóvão. Peixe e aratu em Itaporanga na feira. O nome da Ilha vem do fato de que quando a maré secava ficava o sal no chão, daí “Ilha Mem de Sal”.

Morador 21

Quando a maré vazava, enchia de sal “Ilha bem de sal”. O povo enchia o marisco de sal para vender em Itaporanga, São Cristóvão, mosqueiro, Abaís e Caueira. Vendiam e vinham de pé ou barco. No inverno a gente tinha água e no verão pegava na bomba.

Morador 27

[...] então a gente vivia uma vida que todo mundo trabalhava, todo mundo tinha sua mandioca, tinha a sua roça e o pessoal era tudo unido [...] Transporte antes era multado a cavalo, quem não tinha animal tinha que ir de pé para os lugares, fazer feira, trazer nas costas para vim aqui. Saia daqui 4h da manhã quando voltada era 4 para 4 horas da tarde, pois ir para Itaporanga de pé não é perto né. O nome Ilha Mem de Sá vem da antiguidade que aqui pertence a lugar salobo(sic), sal. Eu acho que pegaram essas iniciais dessas letras e colocaram “Ilha Mem de Sal”.

Morador 34

Outro assunto que foi muito marcado nas entrevistas, 42%, refere-se ao tema Folclore. Comunidades ribeirinhas como a Ilha Mem de Sá costumam ter relatos de aparições vistos por pescadores e moradores em turnos noturnos que caracterizam os costumes do local. Além das lendas, o samba de coco é uma dança folclórica tradicional da Ilha e que tem feito recentes apresentações em outros municípios.

Tem a lenda do Curupira aqui na Ilha. Que ele corre atrás das pessoas, ali no apicum, na beira dos mangues. Dizem também sobre o lobisomem e a caipora. Falam que ela faz a pessoa se perder. O povo fica procurando a saída e não acha, quando se dá conta, já está num lugar diferente e não sabe voltar. E aí tem uma superstição que as pessoas fazem para achar o caminho: avessam a roupa.

Morador 01

Sobre lendas, tinha lugares que o pessoal falava que era meio assombroso como a mangueira que fazia barulho nas galhas, o pessoal corria. Minha casa mesmo quando era escola que era fechada, o pessoal passava e via as cadeiras se movendo e o pessoal corria com medo. Tem 23 anos que moro aqui. Minha vó morava aqui nessa casa.

Morador 11

A nossa dança antiga é o samba de coco, que representa a ilha.

Morador 38

O samba de coco se originou com “paizinho”. No São João era feito um cortejo de porta em porta com o samba de coco. “Paizinho” puxava. No final, todos iam para o tanque (piscina natural) tomar banho. Dançavam mulheres e homens. Muita gente dançava e só na comunidade. Depois que “Paizinho” morreu parou e depois voltou. Com o surgimento de “samba de coco nova geração” voltou a sair. Já nos apresentamos no SESC, em Laranjeiras, na orla de Aracaju, Itaporanga, Japaratuba, Tobias Barreto e etc.

Morador 36

Tinha a prática de seguir o percurso do samba de coco ao tanque. Depois a gente dançava a noite toda. Fazíamos passeio de pau de arara para as praias da Caueira. Ia batucando cantando [...].

Morador 37

Quanto aos aspectos da natureza local, 13% dos entrevistados citaram sobre as peculiaridades da região, o modo de catar aratus e o quanto que isso é difícil e bem comum na Ilha Mem de Sá, além de se sentirem confortáveis com a diversidade presente no ambiente.

[...] Porque hoje qualquer um pega aratu que é uma coisa difícil mesmo. Tem que ter prática. Aí com um museu aqui as pessoas vão perceber que aqui é uma ilha que tem muita novidade [...] pois quando se fala da ilha o povo pensa que é só rodeada de água mas não é só ilha e coqueiro. Tem casas, moradores, muitas histórias pra contar sobre a ilha, tem tudo.

Morador 02

O povo gosta de pescar mariscagem, pegar ostra, siri, aratus, peixe, camarão é o meio de renda do pessoal. Muitos pescam e revendem.

Morador 11

O próximo tema apresenta as lembranças da população quanto às festividades que havia e ainda existem na comunidade. Os 31% comentam sobre as mudanças, nostalgia de alguns costumes que não mais existem e relatam informações das características das festas locais.

A festa do caranguejo (festa de Santa Luzia). O samba de coco. Com a reforma da ilha, do cais, deve vim mais gente para a festa.

Morador 01

Antigamente tinham festas mais famílias. Hoje não.

Morador 07

As festas antigamente eram mais tranquilas, sem policiamento, só com o pessoal daqui. Não existia briga [...] Hoje é diferente.

Morador 11

A festa do caranguejo iniciou com o pessoal indo de casa em casa, poucas pessoas batucando e assim deram início a festa que hoje em dia já mudou. A ilha toda batucava e festejava

Morador 09 e 38

As festas eram de candeeiros e com sanfona. Tomávamos banho no rio o dia todo.

Morador 12

Temos a festa de Santa Luzia, antes montava um barracão.

Morador 21

Com relação às rotinas, 17% dos entrevistados abordam sobre seus costumes, práticas cotidianas e marcas que registram os aspectos da Ilha Mem de Sá. Sobre o

museu, eles esperam que esteja inserida a sua identidade, ou seja, aquilo que os representem que seja próprio do local.

Hoje são muitas casas, vindo esse povo de fora [...] antes a água era de bomba, luz de candeeiro de gás.

Morador 04

A vivência era mais alegre. Vivíamos bem, mais soltos.

Morador 13

Quando as mulheres pariam, cada dia uma mulher ia na casa e pegava uma bacia de roupa para lavar. Também fazia a bebida “batida de cebola, coco ou maracujá”, e quando era para comemorar o nascimento a pessoa era recebida com a “batida de canela”. As mulheres pegavam muita lenha e também o barro para as suas casas.

Morador 15

Pegávamos água nos Caibros e lavávamos roupa lá (comunidade do outro lado do rio). No inverno, pegávamos dos coqueiros que enchiam os potes.

Morador 18

Quando não tínhamos água, sofriamos muito. Fazíamos peixe com farinha, manga e comia. Isso deixava nosso dia diferente! O povo tinha o costume de correr no escuro com o lampião e pescava pela noite. Era assustador.

Morador 20

Antes ficávamos de baixo da mangueira conversando, um monte de gente, assim também no poço brincando. Pela noite, era costume sair para conversar entre vizinhos.

Morador 24

Não tinha gente estranha. Nós tínhamos muitas brincadeiras nas ruas como pim-barra, pula corda, era muito bom!

Morador 25

Aqui era cheio de mato e criava muito porco[...] Nosso transporte sempre foi a canoa e antes era no remo, não tinha motor. Era mais difícil.

Morador 26

[...] O museu tem que ter a estrutura de cada uma parte, fazer como aquelas igrejas de ex votos: o lugar de roupas, o lugar de artesanato, a parte de pesca, de agricultura, cada um lugar com suas coisas, seus nomes como perceber que aqui foi fulano que pescou muito e deixou essa lembrança aqui no museu.¹³

Morador 34

Aqui tinha poucas pessoas. As mulheres catavam aratus e os homens pescavam.

Morador 35

4.3. Estrutura do Plano Museológico. Programa Institucional:

4.3.1. Missão

Apresentar as características da Ilha Mem de Sá, refletir sobre as memórias da população que constituem a identidade cultural dos moradores e convidar o visitante para a ação, guiado pelos valores da sustentabilidade e convivência.

4.3.2. Valores da instituição museológica

O museu comunitário deseja proporcionar uma nova visão aos fatos históricos que refletem os nossos tempos. Desse modo, seu campo de desempenho tem como sinalizadores os seguintes valores:

Cooperar com o respeito aos fatos memorialísticos que cercam a comunidade. Isso acontece por meio da compreensão aos relatos que serão expostos pelos moradores, bem como, aos que serão colhidos no decorrer da vida da instituição. Respeitar o meio ambiente e promover ações que irão fomentar a responsabilidade social diante da natureza que cerca a comunidade. Proporcionar espaço para a promoção e valorização

¹³ Essa fala constituiu a exposição do entrevistado em visualizar o museu com o futuro acervo reservado pelos moradores.

do artesanato local como renda a comunidade. O conjunto das atividades promovidas pelo museu, ou seja, tudo o que ele atinge, exhibe, incentiva ou organiza deve ser coeso com esse conceito: A comunidade vivencia o turismo de base comunitária – e a identidade local deve ser preservada.

4.3.3. Objetivos

- . Proporcionar aos diversificados públicos um espaço de educação e encontro com a identidade local da Ilha Mem de Sá, por meio das exposições do acervo, aplicando dados e recursos da comunidade para uma experiência cultural, política e ética de encontro com a realidade local.
- . Promover a discussão sobre as práticas culturais presentes na comunidade, fomentando o papel fundamental que a sociedade possui em respeitar o meio ambiente, por meio do desenvolvimento de soluções sustentáveis sendo pensadas em conjunto.
- . Engajar os estudantes e professores da comunidade no espaço museu, por meio da aproximação com a ciência, a arte e a literatura expostos no museu, estreitando o diálogo entre as memórias da comunidade com os seus alunos do ensino fundamental e médio.

4.3.4. Comunicação Institucional

Buscar-se-á tratar o público com acolhimento, transparência e gentileza, que devem estar refletidas nos materiais produzidos e em cada troca de informações com os visitantes. A instituição museu possuirá o compromisso social de estar aberta às pesquisas científicas e de responder quaisquer questionamentos que houver sobre os seus programas institucionais. O museu deverá utilizar uma fala objetiva, coesa para o melhor entendimento. A clareza da comunicação se pautará em estar aberta para ouvir as contribuições, propondo assim, uma aproximação constante com o público visitante. Durante o desenvolvimento da marca, conforme figura 12, a comunidade escolheu as duas mãos para representar o tronco de uma árvore e as estrelas para lembrar a própria comunidade enquanto gestora do turismo de base comunitária. A cor azul foi optada devido a tranquilidade da Ilha Mem de Sá e o vermelho por cada participante ser destaque e importante nas ações pensadas ao museu.

Figura 12: Marca do futuro Museu Comunitário.



Fonte: Desenvolvido por Estefanni Patricia em conjunto com os moradores da Ilha Mem de Sá. Fevereiro de 2019.

4.4. Programa de Gestão

4.4.1. Planejamento e programação:

O processo de elaboração dos programas institucionais constitui o modelo de planejamento estratégico que o museu comunitário adotará, por meio do detalhamento tanto conceitual como gerencial. As diretrizes que compõem o planejamento são ferramentas administrativas, que colaboram para o desenvolvimento das etapas norteadoras do desenvolvimento do museu.

4.4.2. Controle e Acompanhamento da Execução

Pretende-se reformar a casa antiga do seu Salvador (morador da Ilha Mem de Sá) para a instalação do museu. Com isso, busca-se um controle na preservação do acervo para aguardar a chegada do prédio, diante de fichas catalográficas (apêndice H). Também haverá fichas catalográficas de doações que estarão preenchidas em duas vias - uma para a líder comunitária e outra ao doador - na qual constarão as informações sobre a peça doada. Com esse acompanhamento, as atividades dos programas museológicos estarão em acordo à sua missão e aos seus propósitos, apontando para o aperfeiçoamento da gestão de acervos diante dos direcionamentos acordados pela comunidade.

4.4.3. Avaliação

Mediante as ocorrências do cotidiano do museu, a instituição se permitirá revisar e modificar caso necessário os seus planos de atividade e direcionamentos processuais. O museu comunitário busca de forma responsável alinhar os objetivos da comunidade quanto à permanência de suas características que dão significado ao espaço. Como exemplo tem-se:

- O desenvolvimento sustentável, que buscará alinhar atividades institucionais às ações que visem à preservação do meio-ambiente local, bem como, sensibilizar o público visitante sobre educação ambiental;
- A investigação e a inovação. Trata-se da busca constante que a instituição terá em buscar inovar nas suas práticas para melhor atender aos pedidos do público. O museu terá uma caixa de sugestões que permitirá analisar as opiniões dos visitantes, e assim sendo, as colaborações referentes às futuras instalações e devidas modificações ao espaço.
- Os diferentes públicos-alvo. Configura na diversificação de pessoas que se espera para a visita. Por isso, deve-se pensar em uma expologia (textos do museu) acessível e que permita clareza nas explicações sobre as peças, ou seja, objetividade na informação. Além disso, pretende-se (por meio de convênios com instituições públicas), obter a presença de monitores que farão a transposição didática ¹⁴ dos assuntos para atender ao público que solicitar maiores explicações sobre o acervo.

4.4.4 – Governança

Tem o propósito de estabelecer regras de boas práticas que visem um ambiente político, econômico e social ao museu, por meio de ações que tragam segurança e estimule o desenvolvimento do espaço museológico para que o ambiente esteja alinhado: Com a legislação vigente, com as normas do Ibram e com as diretrizes da Secretaria Municipal de Cultura de Itaporanga D’Ajuda, Secretaria de Cultura do Estado de Sergipe – estar de acordo com as normas dos três poderes ajudará na fiscalização do funcionamento do museu além de auxiliar na solicitação de futuros editais de fomento ao desenvolvimento

¹⁴ Refere-se a um conteúdo de saber que foi designado como saber a ensinar, sofre a partir de então uma série de transformações adaptativas que vão torna-lo apto para ocupar um lugar entre os objetos de ensino. O “trabalho” que transforma um objeto de saber a ensinar em um objeto de ensino é denominado Transposição Didática. (CHEVALLARD, 1991, p.45). Ou seja, permitir que o conhecimento torne-se mais acessível, como é o caso do museu que utiliza a linguagem da expografia, objetiva para comunicar sobre o acervo ao público visitante.

- manter diálogo permanente com os museus e centros culturais do Estado de Sergipe (permitindo assim, contatos diretos as demais realidades museológicas circunvizinhas), facilitar práticas de transparência e responsabilidade socioambiental, tornar legítimo o processo de tomada de decisões, por meio de preenchimento de atas institucionais ou recorrendo ao setor jurídico municipal.

4.4.5. Organização da Equipe

Diante do vínculo por enquanto estabelecido para a manutenção do museu, com a líder comunitária Joseilda dos Santos e com o seu Salvador o proprietário do imóvel, o dimensionamento do quadro de funcionários ainda está em construção. A Prefeitura Municipal de Itaporanga D'Ajuda ainda não firmou acordo em estabelecer vínculo monetário com o museu. Por isso, a líder comunitária resolveu pensar estrategicamente com a realidade que a comunidade se encontra. A partir das opções de atuação e da dimensão dessas operações, pode-se definir os recursos humanos constituídos por duas pessoas no momento. A Escola Municipal usará o museu como laboratório para as aulas e a comunidade terá uma associação com os amigos do museu (Apêndice K). Por meio desse vínculo, haverá voluntários que irão auxiliar no desenvolvimento das atividades da instituição. Por essa necessidade da composição da equipe de gestão, para garantir a existência do museu, foi priorizada na criação dos documentos a associação de amigos do museu (voluntariado), para assim obter a composição da equipe de trabalho que vai compor os recursos humanos (RH).

4.5. Programa de Financiamento e Fomento

4.5.1. Fontes de recursos

O museu, por enquanto, possui o vínculo mantenedor com a associação de moradores da Ilha Mem de Sá, que por sua vez se comprometeu em auxiliar a instituição nas contas básicas como água e energia. No entanto, em razão da solicitação da comunidade em ter um espaço para expor e vender seus artesanatos, o museu terá uma sala dedicada às vendas dos produtos locais, e, assim, em comum acordo com os artesãos ou escritores que vão vender seus produtos, será cobrada uma porcentagem sobre o artesanato ou a publicação para ajudar na manutenção do museu. A entrada será gratuita e constará uma caixa de valores para caso algum visitante queira depositar algum dinheiro em prol do desenvolvimento da instituição, ele assim poderá fazer. Além disso, a equipe já fez

curso de como pleitear um edital de financiamento a projetos museológicos e pretendem concorrer ao verificar editais com chamadas abertas. A contabilidade ficará sob a responsabilidade da direção do museu.

4.5.2. Perspectivas de parcerias

O museu terá na associação de moradores pessoas que vão se dedicar em busca de parcerias para a captação de recursos para o museu, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada. Dessa forma, estará aberta a possibilidade de doadores ou recursos em editais disponibilizarem valores para o auxílio no sustento da instituição. Mas, conforme estabelecido, para a sua manutenção é necessário que haja uma organização que consiga sobreviver sem vínculos públicos ou privados. Ou seja, mesmo não tendo financiadores, a associação de moradores custeará os gastos básicos a fim de manterem o museu da comunidade.

O diferencial competitivo do espaço museológico em relação a outros espaços de lazer em Itaporanga D'Ajuda se estabelecerá por meio da exposição de suas mostras intangíveis, diante das trocas simbólicas que a instituição propagará sendo-as imagem, valores, experiências e trocas de conhecimento.

4.5.3. Vínculos com Centros Universitários

Em decorrência da Ilha Mem de Sá ser usada como laboratório por instituições universitárias a exemplo do Instituto Federal de Sergipe e Universidade Federal de Sergipe, busca-se estabelecer parcerias com centros universitários, institutos de pesquisas, laboratórios e afins com o objetivo de propor diálogos científicos e auxílios no que tange ao vínculo com estagiários que poderão utilizar o museu às suas pesquisas. O estado de Sergipe conta com universidades privadas que também terão espaço para usarem o museu como espaço de pesquisa e extensão às suas atividades acadêmicas, mediante vínculo firmado.

4.6. Programa de Exposições

4.6.1. Exposição de longa duração

Compete a este espaço a abordagem dos principais eixos temáticos ligados à missão do museu. A comunidade elencou, escolhendo os três maiores quantitativos, para expor: fotografias (22%), instrumentos de trabalho (17%) e artesanato (26%), a ser revisado a cada 5 anos.

O prédio é térreo e o público será convidado a visitá-lo acompanhando uma narrativa que estará estruturada em 3 eixos temáticos: folclore local (42%), a historicidade da Ilha Mem de Sá (34%) e as festas comunitárias (31%).

O primeiro será visitar a historicidade do lugar. Trata-se de apresentar as informações que tange às hipóteses da origem da Ilha, seus primeiros habitantes e antigas práticas dos moradores.

O segundo será sobre o Folclore local. Versa sobre as características das manifestações da Ilha Mem de Sá. Irá englobar tanto o samba de coco como as lendas da região.

O terceiro falará sobre as festas comunitárias. Nas entrevistas, os moradores abordaram sobre as festividades gerais da comunidade. Sobre elas, serão reunidas imagens que comunicarão os festejos de outrora e atuais.

A organização da curadoria buscou atender às perspectivas mais atualizadas da nova museologia, que justamente trabalha com a ideia da comunidade planejar e gerenciar os seus museus. A organização do conteúdo expositivo basear-se-á em três níveis de profundidade: experiência, painéis de leitura (breve conteúdo contextualizado) e interação (com as frutas do quintal e réplica do barco para fotos).

4.6.2. Exposições de curta duração

As exposições temporárias constituem uma renovação constante no museu. Por meio delas, há espaço para a abordagem de novos discursos sobre a Ilha, pode ocorrer a divulgação de recentes informações sobre o local, resultando na construção de um novo conhecimento. Essas exposições costumam, sobretudo, promover uma ligação constante entre a instituição e o público que constantemente vai ao mesmo museu. Sendo expostas de seis em seis meses.

As exposições temporárias é um componente essencial para abordar temáticas que não foram colocadas na exposição de longa duração. Com isso, pensa-se em desenvolver as primeiras com base nos resultados das pesquisas para o plano museológico. Nessa perspectiva, os temas que não estiverem contemplados para a exposição de longa duração como os artefatos de cozinha (13%), vestuários (7%) e cerâmicas (9%) - menor quantitativo de respostas – serão estudados posteriormente.

Terá uma sala reservada para o tema. Nesse local, a abordagem de temas específicos e atualizados sobre a Ilha Mem de Sá será possibilitada. Assim, ocorrerá um trabalho direcionado a todos os programas sejam eles de cunho educativo ou de divulgação

científica, uma vez que será um local atento para as novidades que falem sobre a comunidade. Com essa inovação e troca de conhecimento, o local mostrará ao público um potencial para intercâmbio com outras instituições.

O objetivo é que sejam cumpridas duas exposições temporárias por ano, tendo em média a duração de seis meses cada, sendo uma delas concebida pelo museu e a outra por instituições que tenham vínculo de pesquisa com a Ilha Mem de Sá, podendo assim, divulgar os seus resultados.

4.6.3. Exposições Itinerantes

Dispõe sobre mostras de obras em caráter circular, ou seja, poderão ir para outros lugares, cujos temas poderão tratar desde as pesquisas científicas na Ilha Mem de Sá quanto sobre o cotidiano exposto ao público. A exposição itinerária trata-se de levar o museu para fora do museu. A líder comunitária despertou o interesse em organizar sobre resultados de produções científicas tanto do Instituto Federal de Sergipe (IFS) como da Universidade Federal de Sergipe (UFS) que já entregaram escritos sobre a comunidade.

4.7. Programa de acervo

Um acervo museológico é formado por peças que compõem a cultura do local, sendo material ou imaterial, móvel ou imóvel, que estejam unidos ao propósito do museu. A sua existência precisa ir ao encontro da missão e dos valores da instituição promotora. Ao se tratar de acervo material abarca desde bens móveis, como é o caso de objetos, documentos, fotos (iconografia) até bens imóveis, como prédios e conjuntos paisagísticos.

Quanto ao acervo imaterial, esse agrupa tanto as tradições e técnicas do “saber fazer” do membro da comunidade até as manifestações artísticas, como as danças folclóricas, catar aratu, entre outras, podendo também ser armazenados em suportes midiáticos.

4.7.1. Material didático

Trata-se de materiais imaginados para o programa educativo, de sustentabilidade ou de divulgação científica. Normalmente são disponibilizados na entrada do museu em formato de folder para que os visitantes tenham acesso às informações de forma objetiva ao assunto abordado nas salas temáticas.

4.7.2. Material expográfico

Compreende ao registro da documentação de ações que norteiam os processos de organização das exposições, principalmente, a de longa duração. Esse material fica catalogado com as informações sobre o acervo, com a finalidade de especificar ao que tiver contato (pesquisadores, moradores, funcionários) dados encontrados na peça na determinada data.

4.7.3. Acervo de dados

Dialoga sobre os relatórios, estudos que tratam da exposição principal do museu no qual constarão informações necessárias para a compreensão da elaboração de uma determinada sala naquele contexto. Ao longo da atuação do museu, poderão ser avaliados nesses documentos quais foram as escolhas e quais os motivos que nortearam as definições a cada sala.

4.7.4. Material de acessibilidade

São suportes organizados, sobretudo, para portadores de necessidades especiais, pensando no acompanhamento que eles terão dentro do espaço museu para facilitar a compreensão quanto ao acervo. Eles não serão fixos, mas, catalogados e constituídos com o objetivo de reutilização em outras atividades que venham a ser desenvolvidas tanto nas salas fixas como em ações educativas. Como exemplos podem conseguir modelos em relevo para percepção tátil aos deficientes visuais, impressos em braile, dentre outros.

4.7.5. Acervo por termo de empréstimo

Os museus podem fazer empréstimos (apêndice J) de peças. Pensando nessa possibilidade, o acervo (apêndice G) recebe a autorização do museu comunitário da Ilha Mem de Sá para saídas a outros espaços museológicos e culturais com fim expositivo e não comercial, desde que seja gerenciado pela equipe do museu frente à responsabilidade e comprometimento pela sua guarda, exibição e retorno ao local de origem.

4.7.6. Gestão do Acervo do Museu

No que tange ao acesso, será permitida a consulta de informações e do próprio acervo, por qualquer público interessado em analisar a devida peça seja membro da comunidade

Ilha Mem de Sá, como pesquisadores ou visitantes. Não será restrita, por enquanto, o contato com nenhuma peça. A gestão ficará responsável pela direção do museu. Pretende-se criar uma ferramenta tecnológica como um blog ou uma rede social onde serão divulgadas informações sobre o acervo com o fim de minimizar a distância, permitindo que as pessoas tenham um contato com o museu para agendamentos de visitas e prévias visualizações do que o espaço contém.

4.8. Programa Educativo

Como se trata de um museu cujo ambiente está localizado numa Ilha, a finalidade das ações educativas necessita estar atrelada a conscientização quanto à conservação do meio-ambiente, a preservação das espécies para a garantia da sobrevivência da natureza não somente na Ilha Mem de Sá, mas em todos os ambientes onde os turistas estiverem. O fomento em respeito à natureza será uma das bandeiras adotadas pelo museu, com o intuito de que os visitantes possam refletir sobre suas práticas em favor da conservação do planeta e de uma vida mais sadia.

4.8.1. Ações educativas em questões

Propõe-se que a estruturação das ações educativas ocorra embasada em três questões norteadoras da proposta do museu: 1- Por que entender a história local? 2- Por que as manifestações culturais são importantes? 3- Por que deve-se preservar as características do meio-ambiente? Por meio delas, serão desenvolvidas atividades com o fim de sensibilizar o público, aguçar a crítica quanto aos questionamentos. Através de um pensamento interdisciplinar, busca-se compreender como a história é importante para o indivíduo se encontrar em seu presente, entender que as memórias populares preservam as características culturais locais e como os processos que estão transformando o nosso planeta atingem o modo como habitamos cotidianamente.

4.8.2. Visitas Educativas

Ocorre por meio de orientação cujas dúvidas sobre as peças poderão ser retiradas com o guia, sendo umas das ações mais relevantes de um museu. Esse, por sua vez, explicará sobre as exposições interagindo com a comunidade e propondo sugestões. Por meio da visita, com a presença do mediador humano, se estreita o contato entre o acervo e o público.

É apropriado que tenha distintos roteiros de visitas educativas para o público escolar, devido as faixas etárias dos alunos. Quanto aos roteiros, indica-se que sejam desenvolvidos em parceria com a instituição de ensino, com o fim de atender aos conteúdos esperados pela equipe docente e discente bem como aos níveis de fundamentação que cada série espera.

4.8.3. Oficinas educativas

Constituem a ideia de oficinas educativas as atividades para o público em geral, por meio de ações práticas, sendo dentro ou fora do museu e que atenda as três perguntas norteadoras. Propõe-se, entre uma das atividades, que usem o barco da associação de moradores para passeios pelo manguezal, além da visita ao sítio do agrônomo Tupi acompanhado com as orientações quanto ao conteúdo que será abordado.

Poderão ser desenvolvidos jogos e brincadeiras para a interação com o público visitante. Levando em consideração respostas de moradores que elencaram sobre a importância das brincadeiras ao modo de ser da comunidade, sugere-se que tenham brincadeiras elaboradas pela própria população local em um espaço do museu para que os visitantes se sintam no cotidiano daquele lugar.

Essas atividades necessitam de atendimento prévio, que poderá ser feito pelo telefone da direção que estará disponível no blog ou rede social que será criada. Quanto à sequência às visitas agendadas, as oficinas podem tanto ser no início do circuito, como no fechamento das ações.

4.9. Programa de Conteúdo

A meta desse programa é a promoção de reflexão, análises ao uso do conhecimento produzido embasado ao acervo museológico. Como a Ilha Mem de Sá já se caracteriza por receber muitos pesquisadores, ou seja, por ser um local já considerado um laboratório de estudos por áreas científicas como o turismo, arquitetura, engenharia de pesca, engenharia agrônômica, engenharia florestal, biologia entre outros, usar o espaço museu com suas catalogações favorecerá ao cientificismo ainda pensado aos futuros pesquisadores.

4.9.1. Preservação das marcas históricas

Com a chegada de novos moradores à Ilha Mem de Sá, com o falecimento de antigos moradores e ausência de publicações sobre as origens locais, o museu possui a missão de contribuir para as futuras pesquisas sobre as marcas históricas da Ilha Mem de Sá. A reunião de informações que já consta nesse Plano Museológico, auxiliará às futuras hipóteses. O museu será ponto de encontro dos moradores para rodas de conversas com as gerações mais novas com o fim de dialogar sobre a história local. Além disso, por meio desse constante contato com as memórias, os turistas obterão por meio do guiamento museológico informações recentes sobre as descobertas ao que tange a trajetória da Ilha Mem de Sá.

4.9.2. Fomento a permanência das manifestações folclóricas

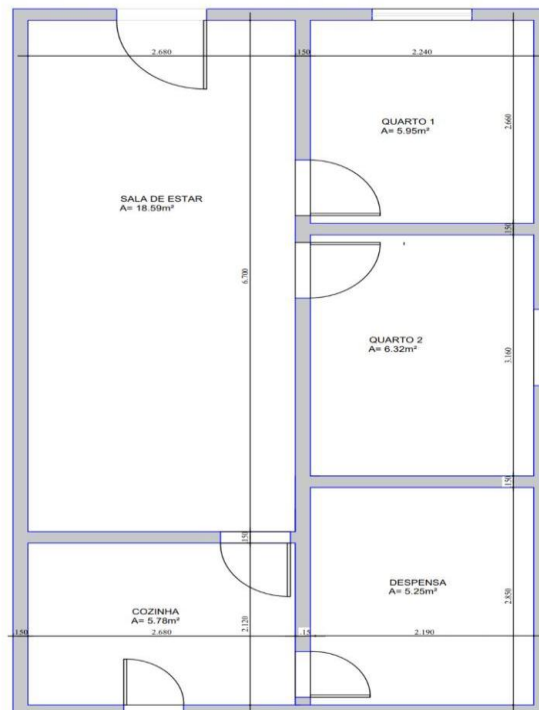
Com o desaparecimento de alguns elementos que existiam no folclore local, a comunidade despertou o interesse em elaborar ações que possam despertar a permanência das manifestações. Ou seja, organizar saraus com integrantes dos grupos folclóricos onde os visitantes possam dialogar sobre suas memórias e assistir apresentações ao público marcado. As atividades poderão ocorrer no calendário do museu uma vez por mês, com a data previamente estabelecida e divulgada pelos meios de comunicação.

4.9.3. Responsabilidades com a biodiversidade

O museu terá como preocupação em suas exposições temporárias e oficinas despertar a sensibilidade e o cuidado não somente para os aspectos naturais da Ilha Mem de Sá em si, mas também em despertar a sensibilização dos visitantes para um olhar mais amplo quanto ao zelo por seu meio-ambiente. Os próprios moradores, por meio da associação de amigos do museu, irão apresentar os métodos de conservação e extração dos elementos da Ilha Mem de Sá ao público.

4.10. Programa de Arquitetura

Figura 13: Planta baixa¹⁵ da casa de seu Salvador dos Santos. Futuro Museu.



Fonte: Organizado pelo engenheiro civil Wenderson Fontes. CREA-SE 2716058130. Março de 2019.

4.10.1. Expografia

Frente do Museu: Seu Salvador mencionou que irá construir uma réplica de uma canoa antiga para que as pessoas possam entrar e tirar fotos. Para isso, haverá um local de experiência cujo visitante poderá interagir com os costumes locais antes mesmo de entrar no prédio museológico.

Sala de estar

Terá um birô com livro de ata (onde os visitantes vão preencher seu nome, profissão e procedência). Após o acolhimento do guia, seguirá para o tema folclore da região. Plotagens com fotografias, vestido do samba de coco, fragmentos de história oral sobre as lendas e imagens dos locais onde eram vistos os personagens lendários. Verifica-se na figura 14.

¹⁵ Desenvolvido no programa AUtoCAD.

Figura 14: Primeira sala expositiva.



Fonte: Organizado pelo engenheiro civil Rodrigo Miranda¹⁶. CREA-BA 051829969-4. Março de 2019.

Quarto 1

Plotagens com fragmentos das memórias sobre os primeiros moradores, imagens do Engenho Colégio onde por meio das entrevistas descobriu-se que de lá saíram os primeiros moradores da Ilha Mem de Sá. A população local iniciou esse processo devido à migração de funcionários do engenho para onde atualmente está situada a Ilha Mem de Sá. Terá um pilão, copo feito da palha de coco, jarro, moringa, boneca de barro para representar as primeiras atividades dos moradores. Verifica-se na figura 15.

¹⁶ Layouts desenvolvidos por meio do programa Denoiser.

Figura 15: Segunda sala expositiva.



Fonte: Organizado pelo engenheiro civil Rodrigo Miranda. CREA-BA 051829969-4. Março de 2019.

Quarto 2

Terá como foco apresentar as festas locais. Por meio de imagens das festividades, cartazes e exposição de pratos típicos (em material não consumível como plástico ou mesmo a argila pintada), música ambiente (forró, ritmo predominante na trajetória das festas) e acessórios onde o visitante poderá colocar para registro fotográfico. Haverá vídeos dos próprios moradores ensinando a dançar forró. A exibição será em notebook que ficará ao lado de um espelho grande. Em frente a ele, o visitante poderá acompanhar o ritmo e experimentar a dança. Verifica-se na figura 16

Figura 16: Terceira sala expositiva.



Fonte: Organizado pelo engenheiro civil Rodrigo Miranda. CREA-BA 051829969-4. Março de 2019.

Cozinha

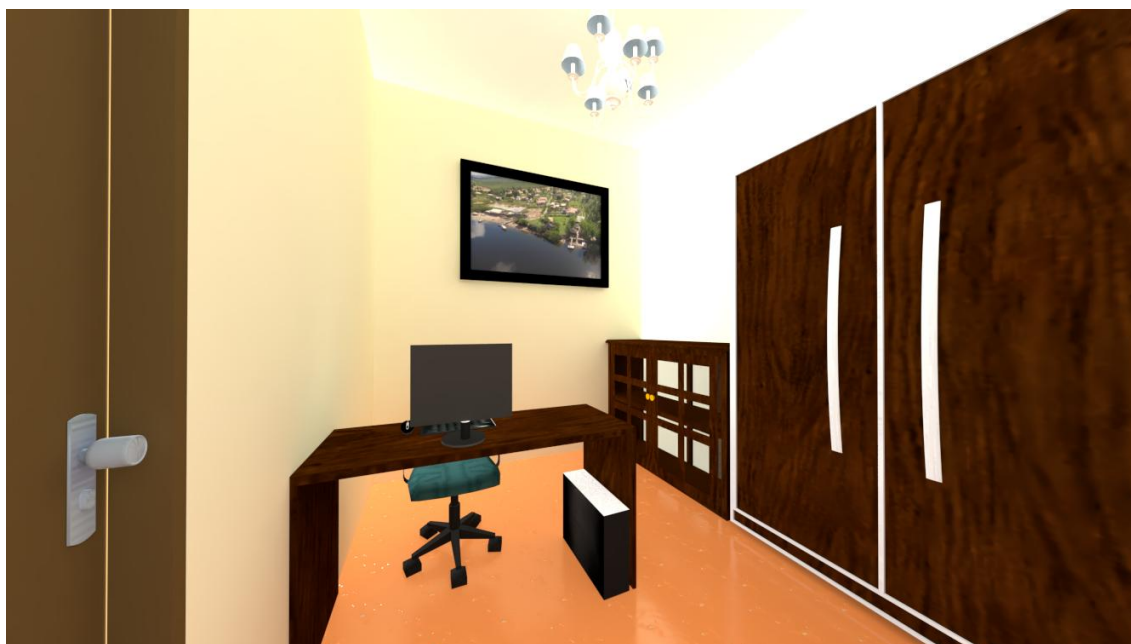
Nesse ambiente será a lojinha do museu, onde haverá espaço para a comercialização, por meio das vendas dos artesanatos e artes em geral produzidas pelos artesãos da Ilha Mem de Sá. Será um espaço reservado para a economia criativa¹⁷, cuja valorização do fazer cultural de cada morador poderá ter visibilidade e renda.

Despensa

Está reservada para ser a sala da direção, bem como terá um armário para guarda documental e outro para a guarda de acervo fora de exposição (reserva técnica). Verifica-se na figura 17.

¹⁷ A Economia Criativa foi arquitetada como o novo modelo de desenvolvimento proposto pela Organização das Nações Unidas, abrangendo setores e processos cujo objetivo principal é a criatividade. O foco é gerar localmente e distribuir globalmente bens e serviços com valor simbólico e econômico (REIS, 2008, p. 24).

Figura 17: Sala da direção



Fonte: Organizado pelo engenheiro civil Rodrigo Miranda. CREA-BA 051829969-4. Março de 2019.

Banheiro

Está localizado no quintal da casa.

Figura 18: Planta baixa do m
useu montado



Fonte: Organizado pelo engenheiro civil Rodrigo Miranda. CREA-BA 051829969-4. Março de 2019.

Quintal

Possui uma parte coberta onde será criado um cenário reservado aos pescadores. Serão expostas redes (tarrafa), varinha de pegar aratu, moringas e plotagens com imagens de espécies de mariscos e peixes predominantes na região. Ao redor, tem pés de frutas e bancos de madeiras onde o visitante poderá experimentar os frutos e aproveitar a sombra do lugar para descanso e registros fotográficos. O quintal será o espaço reservado para oficinas e atividades educativas em geral.

Será finalizada a réplica de uma casa de farinha no local onde já existe uma, mas com peças faltando. Pretendem levar o público a conhecê-la para compreender o processo de uma das atividades econômicas que mais predominava nas casas das primeiras famílias que na Ilha Mem de Sá chegaram.

Pretendem construir duas salas em anexo. Uma servirá para sala de exposição temporária e a outra será a biblioteca do museu.

4.10.2- Iluminação

O acervo será iluminado por meio de luzes de led. Essas se configuram como menos prejudiciais ao tempo de vida das peças. As janelas e portas ficarão abertas durante o funcionamento, tendo uma tela de proteção em cada acesso para prevenir entradas de agentes externos que prejudiquem o acervo.

4.11. Programa de Acessibilidade

4.11.1. Maquetes e relevos táteis:

Considerando a busca que será feita em obter parcerias com instituições científicas, pretende-se ter no museu uma maquete em alto-relevo que possa direcionar o visitante com necessidade visual a conhecer o museu. Serão feitas réplicas em madeira ou gesso do acervo exposto para que pessoas com deficiências visuais possam tocar e sentir as dimensões.

4.11.2. Expologia

Diante de necessidades de visitantes quanto a estatura de cadeirantes (pensando nas crianças também, uma vez que os estudantes do colégio da Ilha Mem de Sá é um

público-alvo), as etiquetas (apêndice I) não estarão fixas nas paredes e sim ao velcro. Assim, haverá na parede para cada acervo duas escalas com velcro, para assim, poder ser retirado e colocado mais embaixo caso o visitante necessite ver a informação. Os textos estarão em tamanho 18 pensando em auxiliar aos que tiverem dificuldades com a visão. Constará de legendas em inglês para poder atender ao público estrangeiro. A altura mínima de uma vitrine em relação ao piso pode ser de 90 cm. Assim, para que possibilitem acessibilidade para cadeirantes de no mínimo 75 cm de altura em relação ao piso, a vitrine será planejada conforme cálculos indicados pela museografia¹⁸ sugerida.

4.11.3. Rampas

Haverá rampas móveis para auxiliar na locomoção das pessoas na entrada quanto na saída do museu. Mesmo sendo térreo, há um degrau em cada um dos dois acessos ao prédio. Isso auxiliará e dará mais independência às pessoas com necessidades locomotivas para circularem pelo museu.

4. 12. Programa de Segurança

4.12.1. Contra incêndios

Ao se tratar de competência, no quesito segurança, a gestão do museu deve solicitar vistoria do corpo de bombeiros do Estado de Sergipe. Depois de concedida a autorização, o espaço museológico estará em pleno funcionamento. Respeitar a segurança dos visitantes e do acervo será uma prioridade na missão do museu.

4.12.2. Segurança do acesso ao prédio

Quanto ao fechamento das portas e janelas, por enquanto, pensa-se em grades com cadeados. Na Ilha não há histórico de assaltos, diante disso foi pensado somente em colocar as grades pela parte interna como medida de segurança preventiva.

4.12.3. Ambientação climática

Acompanhar as condições de temperatura e umidade em cada sala será prioridade. Trata-se de uma necessidade constante a atenção para o clima/temperatura, a incidência

¹⁸ D'ALEMBERT, Clara Correia; MONTEIRO, Marina Garrido. Exposição: materiais e técnicas de montagem. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990. Obra referência em museografia.

de luz e o controle de insetos dentro do espaço exposição. Para cada tipologia de acervo organizado, precisa-se de um tipo de temperatura e de umidade. A conservação preventiva será constantemente realizada para auxiliar na manutenção da qualidade do acervo.

Segue, quadros financeiros sugestivos ao futuro museu.

Quadro 3: Sugestão de profissionais ao quadro

Cargo	Quantitativo	Valor unitário	Valor total
Recepcionista	1	980,00	980,00
Monitor (guia nas exposições)	1	550,00	550,00
Segurança	1	980,00	980,00
Limpeza	1	980,00	980,00
Direção	1	1.500,00	1.500,00
Turismólogo (assessoria)	1	2.000,00	2.000,00
Museólogo (assessoria)	1	2.000,00	2.000,00
Educador	1	1.200,00	1.200,00
Assistente de comunicação	1	1.200,00	1.200,00
			Total:11.390,00

Fonte: Elaboração própria. 2019.

Quadro 4: Planilha Orçamentária

Nesta, constam sugestões ao futuro museu de uma planilha orçamentária básica com elementos importantes à composição de um espaço museológico.

Conteúdo	Quantidade	Valor unitário	Custo
Computadores	2	968,00	1.936,00
Lâmpadas de led	18	6,00	108
Mesa de escritório	2 (direção e recepção)	115,00	230,00
Lixeira	5	13,00	65,00
Armário (sala da direção)	1	215,00	215,00
Estante (guarda de acervo)	2	170,00	340,00
Placa (nome do museu)	1	500,00	500,00
Vitrines	6	130,00	780,00
Plotagens	6	235,00	1.410,00

			Total: 5.584,00
--	--	--	-----------------

Fonte: Elaboração própria. 2019.

Quadro 5: Projeção do custo mensal do museu em média, sem profissionais.

Conteúdo	Valores
Água	30,00
Energia	70,00
Internet	55,00
Produtos de Limpeza	80,00
Manutenção	400,00
	Total: 635,00

Fonte: Elaboração própria. 2019.

5. Considerações Finais

Por meio da elaboração de um Plano Museológico para a comunidade da Ilha Mem de Sá, em Itaporanga D'Ajuda - Sergipe, tendo em vista que há o desenvolvimento do turismo de base comunitária no local, pôde-se constatar que a participação da opinião dos moradores locais, ou seja, daqueles que conhecem com propriedade sobre a trajetória histórica e cultural, foi primordial em toda a elaboração do Plano Museológico que rege um museu comunitário.

Desse modo, nota-se a importância da opção comunitária pela instalação do TBC na Ilha Mem de Sá, uma vez que fomentou o desenvolvimento das atividades turísticas e oportunizou moradores ao gerenciamento dos seus patrimônios à geração de renda. Em visita¹⁹, foi notado que a pousada do local já constava sua lotação para os eventos de natal e ano novo, moradores que oferecem serviços de alimentos e bebidas buscam constantemente a capacitação em organização e acolhimento além de perceber-se o interesse em conhecer mais possibilidades para a geração de novos atrativos, como o de um museu comunitário.

Ao entrevistar a comunidade, foi analisado o sentimento de pertencimento ao território e o quanto as atividades que envolvem seus trabalhos manuais (faz parte dos atuais atrativos da Ilha) são motivos de orgulho e indispensáveis ao discurso do museu (expografia). Dessa forma, nota-se que sem o contato direto com os moradores do local não se consegue captar as informações que se consideram primordiais aos que nela habita e, conseqüentemente, não se consegue estruturar um Plano Museológico de um museu comunitário.

O Plano Museológico busca proporcionar a reflexão quanto ao objetivo da instituição, direcionar a capacidade museológica e organizar as metas da gestão por meio de parâmetros. Não somente isso, o documento existe também para auxiliar na orientação para projetos vindouros dentro de uma concepção inicial de administração.

Analisar as falas dos moradores argumentando sobre o interesse em obter um espaço museal para que haja a preservação do seu patrimônio histórico, com o objetivo de salvaguardar as suas memórias por meio da instituição museu é de estimado valor à agregação de novos atrativos para o TBC no local existente.

¹⁹ Essa visita especificamente foi feita em dezembro de 2017, durante a o desenvolvimento da disciplina Gestão do Turismo no Espaço Rural.

Verifica-se a importância da proposta de um Plano Museológico para a Ilha Mem de Sá, respaldado nos princípios da museologia comunitária e do turismo de base comunitária.

Como produto entrega-se: 1) Plano Museológico do museu comunitário da Ilha Mem de Sá; 2) Dissertação sobre as potencialidades museológicas para a gestão do turismo de base comunitária na Ilha Mem de Sá tendo como foco a criação e manutenção do museu comunitário.

Como houve uma oficina com o foco em instrumentalizá-los para o registro no IBRAM, vale salientar que a partir do momento em que uma instituição é cadastrada na base de dados do IBRAM, ela passa a integrar suas programações anuais (Semana Nacional de Museus em Maio e Primavera dos Museus em Setembro), sendo divulgada nos principais sites nacionais e internacionais (IBRAM, IPHAN, ICOM e ICOMOS), além de valorizar sua concorrência junto aos editais de fomento para museus.

6. Referências

ALMEIDA, C. A. F. DE. Plano Museológico - Marco de regulação da gestão museal no Brasil. In: Wagner Barja. (Org.). *Gestão Museológica. Questões teóricas e práticas*. Câmara dos Deputados: 1ª ed. Brasília, 2013, v. 7, p. 27-32.

ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (orgs). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: EDUSC, 2000.

BARBUY, H. *Museu e geração de cultura*. In: Cadernos Museológicos, 2. Rio de Janeiro: MinC/SPHAN/Pró-Memória, 1989. p. 36-40.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. 5ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARTHOLO et al (Orgs.) *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf>, Acesso em: 14 Jan. 2017.

BISSOLI, M. A. M. A. *Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação*. São Paulo: Futura, 1999.

BOULLÓN, R. C. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru: EDUSC, 2002.

BRAGA, D. C. *Planejamento turístico: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRINKMAN, M. Secretary General of ICOM. *Museums Heritage and Cultural Tourism*. Closing Speech. Paris: ICOM, 2000, p. 85-86.

BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. *Revista do Turismo y Patrimônio Cultural*. Vol. 13, no 1. pp. 57-71. 2015. Disponível em file:///C:/Users/100-6110/Downloads/texto%201%20TBC.pdf, Acesso em: 15 Jan. 2017.

CAFÉ, D.C. *Património, identidade e memória: proposta para a criação do museu do território de Alcanena*. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Sociomuseologia) - Departamento de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes Plásticas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2007.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHAGAS, M. S.; NASCIMENTO JUNIOR, J. (org.). *Subsídios para a criação de Museus Municipais*. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais, Departamento de Processos Museais, 2009. 40p

CHEVALLARD, Y. *La transposición didáctica: Del saber sabio al saber enseñado*. Traduzida por Claudia Gilman. Buenos Aires: Editora Aique, 1991.

CHICK, G. Leisure and Cultural Identity [in] JACKSON, E. L. Leisure and the Quality of Life: *Impactos on Social, Economic and Cultural Development*. Hangzhou Consensus. Zhejiang University Press. Hangzhou/China, 2006.

COSTA, H. A. *Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CURY, M. X. Museologia, novas tendências. In: MAST. *Museu e museologia: interfaces e perspectivas*. Rio de Janeiro, 2009, p. 25–41 (MAST Colloquia, n. 11).

CUTRIM, K.D.G.; CARVALHO, C.B.B. *Turismo, museologia comunitária e economia criativa: um olhar sobre o projeto “Museu Comunitário: histórias de vida da Vila Embratel”* (MA). Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.8, n.4, mai/ago 2015, pp.500-517.

D’ALEMBERT, C. C.; MONTEIRO, Marina Garrido. *Exposição: materiais e técnicas de montagem*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS. *Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá - Itaporanga D’Ajuda/SE*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2007.

FABRINO, N. H. *Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos*. 2013, 185 p. Dissertação (Mestrado, Centro de Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, DF.2013.

FAXINA, F; GONÇALVES, L. C.; SANTOS, D. K. Conferencia de la tierra – paisajes, suelos y biodiversidad: desafíos para un buen vivir. Giovanni Seabra (Org.). *Do mangue à alta gastronomia: uma proposta de roteiro turístico na Ilha Mem de Sá, Sergipe, Brasil*. Santiago de Chile: Universidad Central, 2016. 1746 p.

FERREIRA, P.T.A. *Do passado que insiste em persistir: conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una em Peruíbe (SP)*. 2015. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-29072015-141146/pt-br.php>>. Acesso em 10 fev. 2018.

FONTANA, R.; DENCKER, A. *Turismo Rural: Desencontros de uma realidade*. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, 4., 2006, Caxias do Sul. Anais. Disponível em: https://www.uces.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semi_n_tur_4/arquivos_4_seminario/GT14-1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2018.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOELDNER, C. R., & RITCHIE, J. R. B. (2003). *Tourism principles, practices, philosophies* (9th ed.). Hoboken, N.J.: Wiley. Retrieved from <https://archive.org/stream/TourismPrinciplesPracticesAndPhilosophies/TourismConceptPrinciplesPractices#page/n5/mode/1up>. Acesso em: 10 Março. 2018.

GONÇALVES, J. R. *Os museus e a representação do Brasil: os museus como espaços materiais de representação social*. In: CHAGAS, Mario (org.). *Museus: antropofagia da memória e do patrimônio*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, no. 31, p.254-273, 2005.

_____. *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan-jun, 2005.

HALL, C. M. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

IBRAM. *Museu e Turismo: estratégias de cooperação*. Brasília, DF: IBRAM, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Subsídios para a elaboração de planos museológicos*. Brasília: Ibram, 2016. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf>. Acesso em: 20 Out. 2017.

IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária. IN: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Orgs). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

JORGENSEN, D. *Participant observation: a methodology for human studies*. London: Sage Publications, 1989.

LERSCH, T. M.; OCAMPO, C. C. *O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história?* 2008. Disponível em: <http://www.abremc.com.br/pdf/5.pdf>, acesso em: 05/02/2017.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na America latina: Genesis, características e políticas. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Ed. Letra e Imagem, 2009. pg.25.

MOLINA, S. *Turismo: metodologia e planejamento*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

MTUR. *Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública/Ministério do Turismo*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

OLIVEIRA, P. M. B. T de. *Apropriações e invenções: a experiência dos museus comunitários do México (1958/1993)*. 2015. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117822/000968689.pdf?sequence=1> Acesso em 20 de fev. 2018.

ORIÁ, R. *Memória e ensino de história*. In: BITTENCOURT, Circe (Org). O saber histórico na sala de aula. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PETROCCHI, M. *Turismo: Planejamento e Gestão*. São Paulo: Futura, 2002.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm, acesso em: 05 Fev. 2017.

_____. LEI Nº 7.287 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7287.htm, acesso em 15 Março. 2017.

REIS, A. C. F. *Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

RIBEIRO, J.N; ANDRADE, T.S; BRAGHINI, C. R. Sabores, saberes e o desenvolvimento do ecoturismo na comunidade Mem de Sá, Itaporanga D´Ajuda, Estado de Sergipe. *Revista de Turismo Y Patrimônio Cultural*, Passos, v.12, n.2, p.409-424, 2014.

RODRÍGUEZ, Á. G. de V. Acciones clave para implicar a la comunidad en el museo. In: URTZBEREA Iñaki Arrieta (Ed.) (2008). *Activaciones patrimoniales e iniciativas museísticas: Por quién? Para qué?* País Basco: Argitalpen, 2008, p. 190-193.

SARAMAGO, J. *Viagem a Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1981.

SCHEINER, T.C.M. *Apolo e Dionísio no templo das musas*. Museu: gênese, ideia e representações na cultura ocidental. 1998. 152 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) — Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SILVA, E. P. S. *Entre as diretrizes do planejamento turístico: revisão bibliográfica e estudo de caso ao plano museológico da Ilha Mem de Sá*. Trabalho apresentado à disciplina Planejamento e Gestão do Turismo no Mestrado Profissional em Turismo. Aracaju: IFS, 2017. No prelo.

_____. *Um museu de aratus: Plano Museológico no TBC da Ilha Mem de Sá*. 2017. 9f. Projeto de Mestrado (Profissional em Turismo) – Departamento de Pós-Graduação, Instituto Federal de Sergipe, Aracaju.

SILVA, E. P. S; FREITAS, L. B. A. *Perspectiva da metodologia de hierarquização de atrativos turísticos na “Rota dos coqueirais”*: O caso de Aracaju e Ilha Mem de Sá

(Sergipe). Trabalho apresentado à disciplina Planejamento e Gestão de Atrativos Turísticos no Mestrado Profissional em Turismo. Aracaju, IFS, 2017. No prelo.

SUANO, M. *O que é Museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TECHNUM CONSULTORIA. *Polo Costa dos Coqueirais*. Revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Produto 5. Versão Final. Vol. II – Documento Técnico. Brasília: TECHNUM Consultoria SS, 2013.

WEISSBACH, P. R. M. *Turismo no espaço rural*: ensaio de uma tipologia e outros conceitos. Curitiba, CRV, 2011.

YÁZIGI, E. *A alma do lugar*: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto, 2001.

APÊNDICES

7.1. Apêndice A - Roteiro de questionário seguido de entrevista com os moradores.



Roteiro a ser aplicado às pessoas residentes na Ilha Mem de Sá. Esta tem por objetivo identificar as informações que fornecerá dados para o estudo intitulado “Um museu comunitário: plano museológico no turismo de base comunitária da Ilha Mem de Sá”, desenvolvido pelo Mestrado Profissional em Turismo, do Instituto Federal de Sergipe. Aracaju. Sergipe.

A. Gênero do entrevistado?

- (1) Feminino.
- (2) Masculino.

B. Qual a sua faixa etária?

- (1) Entre 18 a 30 anos.
- (2) Entre 31 a 45 anos.
- (3) Entre 46 a 60 anos.
- (4) Entre 60 a 75 anos.
- (5) Outro: _____

C. Qual a atual ocupação?

- (1) Marisqueiro (a).
- (2) Pescador (a).
- (3) Artesão (a).
- (4) Funcionário Público(a).
- (5) Aposentado(a).
- (6) Empreendedor(a)
- (7) Outro: _____

D. Qual o grau de escolaridade?

- (1) () Não alfabetizado.
- (2) () Ensino fundamental incompleto.
- (3) () Ensino fundamental completo.
- (4) () Ensino médio incompleto.
- (5) () Ensino médio completo.
- (6) () Ensino superior incompleto.
- (7) () Ensino superior completo.

E. O senhor (a) concorda com a implantação de um museu comunitário na Ilha Mem de Sá? Caso sim, Porquê?

(1)Sim.

(2)Não.

F. Tendo um museu, quais peças você acha que deveriam estar disponibilizadas para contar a história da comunidade?

(1) Vestuário

(2) Cerâmica

(3) Artesanato

(4) Artefatos de cozinha

(5) Instrumentos de Trabalho.

(6) Fotografias

(7) Outro: _____

G. Teria alguma peça que o senhor gostaria de doar para a composição do acervo? Qual? Conte sobre o valor que essa peça tem para a sua memória (entrevista que será gravada).

H. Quais informações sobre a história da Iha Mem de Sá você gostaria de compartilhar?

7.2. Apêndice B – Oficina: Museu comunitário

Tema: A relação entre a comunidade, o turismo e o museu: diálogos efetivos.

Público-alvo: Moradores da Ilha Mem de Sá

Duração: 2h.

1º momento: Fala sobre os exemplos de museus inseridos no modelo de Turismo de Base Comunitária. O debate será norteador por meio dos questionamentos:

- Qual a importância de um museu comunitário?
- Qual o desenvolvimento que ele promove?
- Como poderá se transformar em mais um atrativo?

OBS: Lanche coletivo.

7.3. Apêndice C- Oficina: Memórias da comunidade

Tema: Marcas da história local e a sua trajetória contemporânea: a reunião de memórias.

Público-alvo: Moradores da Ilha Mem de Sá

Duração: 2h.

1º momento: Apresentação do conceito de memória e exemplos de atividades acadêmicas sobre a reunião de fatos memorialísticos em espaços turísticos.

Fala: Interatividade com a historicidade. Amostra de vivências em espaços turísticos com a exposição das memórias

Debate: Será norteado por meio dos questionamentos:

- Quais são as histórias lendárias que contam sobre a Ilha Mem de Sá?
- Quais são os fatos mais marcantes da história da comunidade?
- Quais versões os antigos moradores apresentam sobre a origem da comunidade?

7.4. Apêndice D- Oficina: Plano Museológico.

Tema: Instrumentalização para o registro de um Museu Comunitário junto ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Público-alvo: Moradores da Ilha Mem de Sá

Duração: 2h.

1º momento: Diálogo sobre as propostas do Plano Museológico, suas diretrizes e funções.

Fala: Serão apresentados os passos que constitui um plano museológico e de qual forma pode ser feito o registro no IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus).

Isso acontecerá por meio dos seguintes passos:

- Apresentação dos documentos necessários para a abertura do registro;
- Abordagem dos benefícios, como por exemplo, de proteção e submissão em editais que o registro no IBRAM proporciona;
- Amostra de museus que possuem o registro e os ganhos que eles obtêm junto às ações do turismo e o seu respectivo marketing.

2º momento: Simulação de um registro junto ao IBRAM, sendo construído com todos os participantes da oficina.

7.5. Apêndice E- Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa: “UM MUSEU COMUNITÁRIO: PLANO MUSEOLÓGICO NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA ILHA MEM DE SÁ”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é propor a elaboração de um plano com diretrizes para a construção de um museu na comunidade. Nesta pesquisa pretendemos pesquisar a identidade cultural dos residentes na Ilha Mem de Sá enquanto referência do Museu Comunitário. Analisar as potencialidades museológicas da gestão do turismo de base comunitária na Ilha Mem de Sá tendo como foco a criação e manutenção do Museu Comunitário. Integrar a população da Ilha Mem de Sá no processo de elaboração do Plano Museológico do Museu Comunitário. Instrumentalizar os gestores locais para o registro do Museu Comunitário junto ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades: será aplicado um questionário e entrevistas semiestruturadas gravadas em um celular que servirão para analisar qual discurso deseja que seja exposto no museu, qual acervo deve ser musealizado e qual formatação pretende dar ao espaço. A sistematização ocorrerá por meio da análise das respostas que serão observadas e as devidas contribuições serão acrescentadas no plano museológico. Após a aplicação das oficinas serão tratados os quantitativos de participantes, o percentual das opiniões da comunidade quanto ao acervo que pretendem musealizar. Como forma de tratamento dos dados será usada a planilha do Microsoft Excel 2010 para a análise estatística e descritiva dos quantitativos. As entrevistas serão transcritas na íntegra no Microsoft Word 2010. O Plano Museológico será organizado conforme a Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que elenca as premissas metodológicas para a criação do documento. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: a exibição de sua resposta diante do futuro museu comunitário. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem será usado um código de identificação. A entrevista será transcrita pelo pesquisador para assim não ser manipulada por terceiros. A pesquisa pode ajudar na construção do Plano Museológico que promoverá a preservação da memória dos moradores da Ilha, uma vez que será identificado aspectos da identidade cultural da população que constará nas diretrizes do Plano. Bem como, irá apresentar a metodologia que a comunidade irá seguir, para no futuro, montarem o pretendido "Museu comunitário da Ilha".

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai

trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

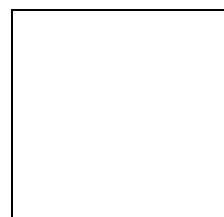
Este termo de consentimento foi elaborado de acordo com as Normas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde e encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Em caso de dúvidas poderá chamar a estudante Estefanni Patricia Santos Silva, professora orientadora Dra. Fabiana Faxina no telefone (79) 3711-1871 ou Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Sergipe, Av. Jorge Amado, 1551, Loteamento Garcia, Bairro Jardins, Aracaju – SE, (79) 3711-1437.

Declaro que concordo em participar da pesquisa realizada pela mestrande, recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Itaporanga D'Ajuda, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Participante



Impressão datiloscópica do
participante.

Assinatura da Pesquisadora

**Nome do Pesquisador Responsável: Estefanni
Patricia Santos Silva
Instituto Federal de Sergipe. Programa Pós -
Graduação de Mestrado Profissional em
Turismo
CEP: 49025-240.
Fone: (79) 3711-1871.
E-mail: ppmtur@ifs.edu.br.**

7.6. APÊNDICE F- Carta de Anuência



Prefeitura Municipal de Itaporanga D'Ajuda- Sergipe
Secretaria de Cultura e Turismo

CARTA DE ANUÊNCIA

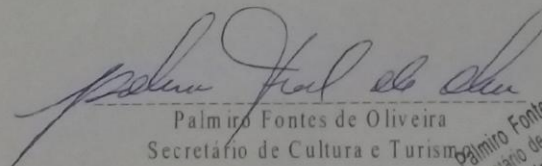
Autorizamos a pesquisadora Estefanni Patricia Santos Silva, aluna do Mestrado Profissional em Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe a realizar a pesquisa intitulada **“Um Museu Comunitário: Plano Museológico No Turismo de Base Comunitária da Ilha Mem de Sá”**, sob orientação da Dra. Fabiana Faxina neste município.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos pela Resolução 466/12 e suas complementares.

Antes do início da coleta dos dados a pesquisadora responsável apresentará a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Sem mais para o momento, agradecemos vossa colaboração com a ciência e pesquisa ao desenvolvimento do município.

Itaporanga D'Ajuda, 20 de Setembro de 2018


Palmiro Fontes de Oliveira
Secretário de Cultura e Turismo
Palmiro Fontes de Oliveira
Secretário de Cultura e Turismo
Matrícula 6848

Praça Getúlio Vargas, 22 – Centro, Itaporanga D'Ajuda-SE, CEP:49120-000
CNPJ: 13.128.889/0001-39

7.7. APÊNDICE G – Fotografias da Ilha Mem de Sá

Figura19: Integrantes do samba de coco da Ilha Mem de Sá.



Fonte: Acervo de Ediclécia Cardoso Santos. Novembro de 2018

Figuras 20 e 21: Vestido do samba de coco e boneco de barro para compor o acervo.



Fonte: Acervo de Ediclécia Cardoso Santos. Novembro de 2018

Figuras 22 e 23: Tarafa e pilão para compor o acervo.



Fonte: Acervo de Ediclécia Cardoso Santos. Novembro de 2018.

Figuras 24 e 25: copo de coco e jarro para compor o acervo



Fonte: Foto Estefanni Patricia. Novembro de 2018.

7.8. APÊNDICE H – Ficha catalográfica (inventário) do acervo

Nº de Registro:
Data de Entrada:
Título do objeto:
Autoria:
Data:
Origem:
Forma de Aquisição:
Fonte de Aquisição:
Procedência:
Coleção:
Classificação Tipológica:
Técnica:
Matéria:
Estado de Conservação:
Dimensões: Alt: cm/ Comp: cm/ Larg: cm/ Diâm: cm/ Prof: cm
Observação:

7.9.APÊNDICE I - Modelo de etiqueta das peças.

NOME DA PEÇA (em caixa alta)

Autor
Material
Dimensão em altura
Doador (os moradores enfatizaram a importância de ter o nome do doador na etiqueta).

7.10.APÊNDICE J - Termo de empréstimo.

TERMO DE EMPRESTIMO

O Museu Comunitário Ilha Mem de Sá encaminha a (o) (instituição)

situada à Rua , Nº _____ , _____(endereço)
(cidade) neste ato representado por (responsável) _____ , as peças
abaixo relacionadas, _____

com a finalidade de _____ pelo período
de _____; em regime de comodato,

(data/saída) (data/retorno), nesse termo de compromisso, o (a) comodatário (a) se obriga
a se responsabilizar pela guarda e retorno da peça com segurança ao museu na data
estabelecida pela instituição.

Itaporanga D'Ajuda-SE, dia, mês e ano.

Ficha técnica da(s) obra(s): (relacionar as obras que serão emprestadas).

7.11. Apêndice K – Estatuto.

ESTATUTO ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU COMUNITÁRIO ILHA

MEM DE SÁ

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

Art. 1º A Associação dos Amigos do Museu Comunitário Ilha Mem de Sá é uma associação civil, sem fins lucrativos, não tendo prazo de duração e com sede no povoado Ilha Mem de Sá, situada na cidade de Itaporanga D'Ajuda-SE, regendo-se pelo presente Estatuto.

Art. 2º A Associação dos Amigos do Museu Comunitário Ilha Mem de Sá tem por objetivos:

I - Despertar o interesse em preservar o acervo que constitui o Museu Comunitário Ilha Mem de Sá;

II - Movimentar a comunidade pertencente à associação, no sentido de auxiliar a conservação e valorização dos bens musealizados, bem como ao desenvolvimento de ações que fomentem a divulgação da instituição.

III - Propor ou incentivar eventos, atividades e projetos que tenham afinidades com os objetivos e desígnios do Museu Comunitário Ilha Mem de Sá;

IV - Fomentar ações que incentivem a captação de recursos financeiros destinados aos interesses dos programas e projetos do Museu Comunitário Ilha Mem de Sá;

V - Incentivar a interação com associações e entidades afins, podendo ser no país ou no exterior;

VI – Buscar se atualizar e se comunicar com as políticas culturais estabelecidas pelo IBRAM, Secretaria de Estado da Cultura, bem como qualquer órgão gestor que o Museu Comunitário Ilha Mem de Sá se achar vinculado.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

Art. 3º Poderá se associar à Associação dos Amigos do Museu Comunitário Ilha Mem de Sá qualquer pessoa física ou jurídica, que tenha a iniciativa em prosseguir com a missão e valores do museu e atenda as exigências e condições previstas neste Estatuto.

Art. 4º Estão estipuladas três hierarquias dos associados:

I – O fundador, aquele que participou da fundação do museu e da constituição da Associação dos Amigos do Museu Comunitário Ilha Mem de Sá ou que se tornou sócio no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua fundação;

II – Constará como Efetivo, aquele que se associar à Associação dos Amigos do Museu Comunitário Ilha Mem de Sá após o prazo de 30 (dias) da data da fundação do museu; e

III – O Honorário será a pessoa física que, mesmo não sendo associado nas demais categorias, tenha oferecido acentuadas ações ao Museu Comunitário Ilha Mem de Sá, à Associação dos Amigos do Museu bem como pela historicidade que permeia o acervo exposto.

Art. 5º A aprovação de associado dependerá de inscrição em formulário da Associação específico para este fim e da aprovação da Diretoria e votos da maioria dos associados.

Art. 6º Constará como direitos do associado:

I - participar das assembleias gerais;

II - votar bem como ser votado, desde que preenchidas as exigências estatutárias;

III - ser informado dos eventos promovidos ou patrocinados pela

Associação dos Amigos do Museu Comunitário Ilha Mem de Sá; e

IV - Obter acesso a todas as informações da Associação dos Amigos do Museu Comunitário Ilha Mem de Sá, ajudando na fiscalização e podendo dar sugestões no que achar pertinente ao desenvolvimento do museu.

Art. 7º Constará como deveres do associado:

I - acatar e cumprir este Estatuto e as decisões das assembleias gerais e da Diretoria;

II – Dedicar-se às atribuições para os quais tenha sido eleito;

III – Marcar, quando achar pertinente, assembleias extraordinárias para denunciar irregularidades ou propor mudanças cabíveis.

Art. 8º O associado será excluído da Associação dos Amigos do Museu Comunitário Ilha Mem de Sá quando:

I - apresentar atuação pública e evidente contrária aos valores e missões da Associação dos Amigos do Museu Comunitário Ilha Mem de Sá;

Parágrafo único. A exclusão só poderá ocorrer contendo a maioria dos votos dos associados, bem como acompanhada com a decisão final da Diretoria. A pessoa poderá recorrer à assembleia mediante envio de ofício.

CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO

Art. 9º O patrimônio da Associação dos Amigos do Museu Comunitário Ilha Mem de Sá é composto de:

I - contribuições dos associados;

II - doações, patrocínios, legados e outras colaborações que possam receber;

III - bens móveis ou imóveis e direitos adquiridos;

Parágrafo único. As rendas adquiridas poderão ser usadas no desenvolvimento da Associação de Amigos do Museu bem como da própria instituição museológica.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 10. A Associação dos Amigos do Museu Comunitário Ilha Mem de Sá será integrada pelos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II – Diretoria;

Art. 11. Os participantes não serão remunerados.

Seção II

Da Assembleia Geral

Art. 12. A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação dos Amigos do Museu Comunitário Ilha Mem de Sá e será integrada por todos os seus membros.

Art. 13. A Assembleia Geral poderá ser ordinária ou extraordinária.

Art. 14. A Assembleia Geral somente decidirá sobre assuntos em pauta da convocação ou, no caso das ordinárias, para eleição dos membros da Diretoria.

Art. 15. Compete à Assembleia Geral:

I - aprovar e alterar este Estatuto, ambos por maioria dos associados;

II - eleger os membros da Diretoria;

III - apreciar os relatórios e a prestação de contas da Diretoria;

IV - debater e decidir sobre quaisquer assuntos de interesse geral da Associação dos Amigos do Museu Comunitário Ilha Mem de Sá.

Art. 16. Competirá à Diretoria:

I - exercer e fazer cumprir o presente estatuto e as diretrizes da Associação;

II - submeter à apreciação da Assembleia Geral o relatório das atividades da Associação;

III - outorgar o título de sócio honorário;

IV - definir sobre a admissão de associado;

V - determinar sobre a exclusão de associado;

VI – Organizar a ata e recolher a assinatura dos presentes em cada reunião.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Anualmente, após aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, dever-se-á publicar e colocar no mural do museu as ações promovidas pela Associação de Amigos do Museu Comunitário Ilha Mem de Sá.